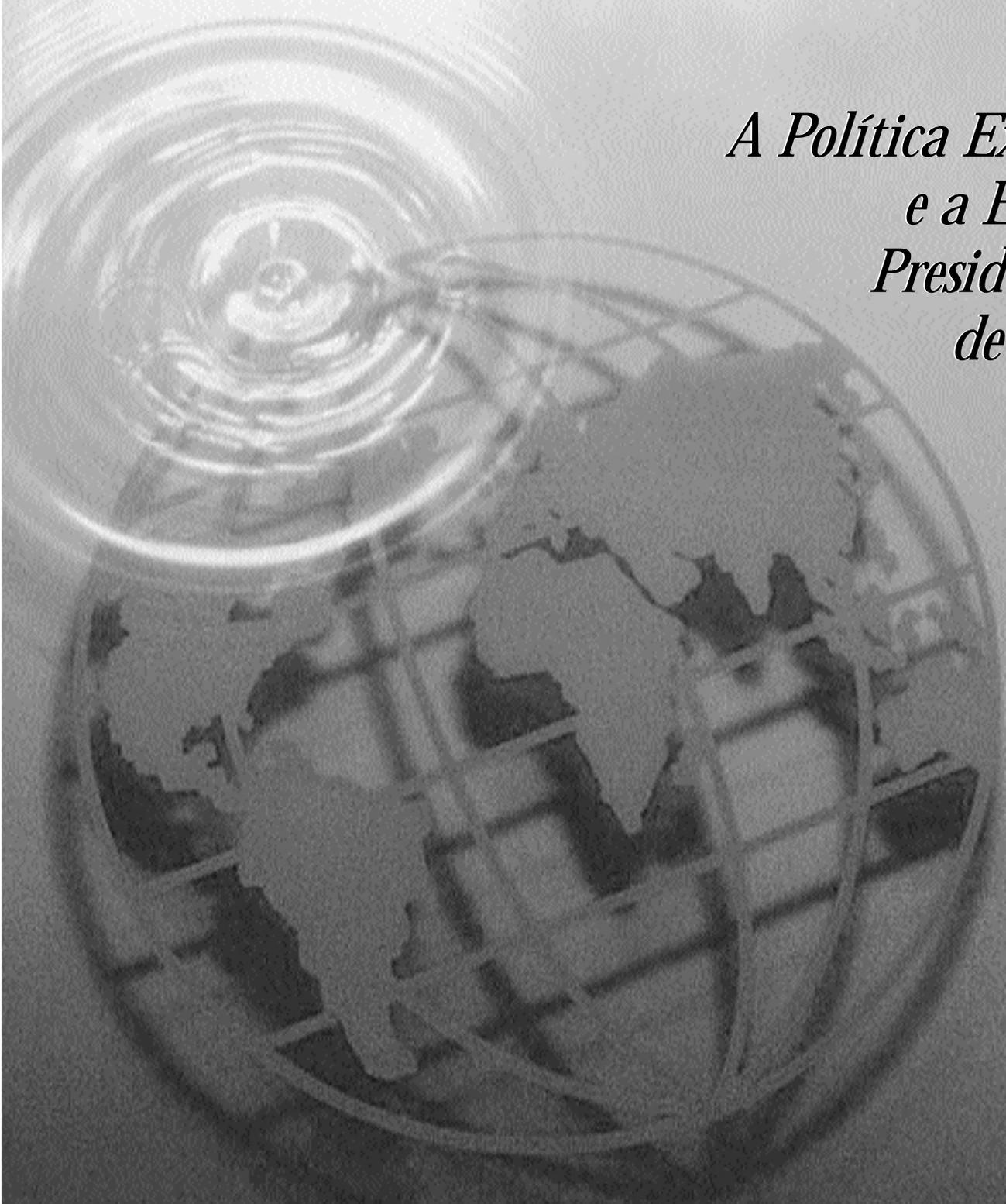


AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 5

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

NÚMERO 2



*A Política Externa
e a Eleição
Presidencial
de 2000*

Setembro de 2000

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

A Política Externa e a Eleição Presidencial de 2000

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS • VOLUME 5 • NUMERO 2 • SETEMBRO DE 2000

As campanhas políticas norte-americanas produzem caracteristicamente intercâmbios enérgicos e às vezes acalorados à medida que os candidatos buscam diferenciar suas posições das dos seus oponentes sobre uma variedade de temas, incluindo a política externa. Um desses assuntos "quentes" entre o republicano George W. Bush e o democrata Al Gore nas eleições presidenciais de 2000 é um programa de Defesa Nacional com Mísseis.

"O governo Clinton primeiramente negou a necessidade de um sistema de defesa nacional com mísseis. Ele então o atrasou. Agora, a abordagem que ele propõe é debilitada; um sistema baseado inicialmente em um único local, quando os especialistas afirmam ser necessário mais de um local. Um sistema de defesa com mísseis não deverá somente defender o nosso país, deverá também defender os nossos aliados, que consultarei à medida que desenvolvermos nossos planos. E qualquer alteração do Tratado ABM deve permitir as tecnologias e experiências necessárias para o desenvolvimento de defesa apropriada com mísseis."



— governador George W. Bush, observações sobre "Nova Liderança sobre Segurança Nacional",
Washington D. C., 23 de maio de 2000

"O governador Bush utilizou seu breve encontro (em abril de 2000) com o ministro das Relações Exteriores da Rússia Ivanov para emitir um alerta de que sua intenção seria de construir e desenvolver um sistema global de Guerra nas Estrelas que ele acredita poderá defender os Estados Unidos e todos os nossos aliados contra qualquer lançamento de mísseis de qualquer origem. Na década de 1990, a maior parte dos analistas sérios examinou a implausibilidade destes esforços, o preço fantástico que se esperaria que nossos contribuintes pagassem e as conseqüências perigosamente desestabilizadoras de seguir este caminho, rejeitando esta idéia... Ao contrário, eu apóio, e estamos negociando com os russos, alterações no Tratado ABM que levariam a uma defesa prática e responsável contra um ataque nuclear de um Estado nocivo."



— vice-presidente Al Gore, comentários perante o Instituto Internacional de Imprensa em Bóston,
Massachusetts, 30 de abril de 2000

Esta publicação tenta colocar em contexto o relacionamento entre a política externa e as campanhas presidenciais norte-americanas. Ela oferece uma perspectiva histórica do impacto da política externa nas eleições anteriores, bem como determinações do papel sendo desempenhado na campanha atual. Na Seção Foco, um especialista descreve o novo partidarismo que está moldando a política da diplomacia externa dos Estados Unidos. Em entrevistas separadas, dois conselheiros de política externa dos candidatos à presidência Al Gore e George W. Bush discutem preocupações importantes de política externa dos seus respectivos partidos. Outros artigos explicam como os meios de comunicação cobrem os temas de política externa na campanha, as plataformas de campanha como forma de definição das posições dos partidos políticos sobre política externa e as recentes pesquisas de opinião pública e como elas refletem as preocupações dos eleitores. Também se incluem declarações sobre política externa dos candidatos à presidência dos partidos Democrata, Republicano, da Reforma e Verde.

AGENDA DA

POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos

A POLÍTICA EXTERNA E A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2000

ÍNDICE

◎ FOCO

O NOVO PARTIDARISMO: A MUDANÇA POLÍTICA DA DIPLOMACIA EXTERNA DOS EUA 7

James M. Lindsay
Membro Sênior, Instituto Brookings

DAS CAMPANHAS

PONTO DE VISTA REPUBLICANO:

A ADMINISTRAÇÃO DAS RELAÇÕES COM A RÚSSIA, CHINA E ÍNDIA 11

Entrevista com o Embaixador Richard Armitage
Conselheiro Sênior de Defesa e Política Externa do Governador George W. Bush

PONTO DE VISTA DEMOCRATA:

COMO ENFRENTAR OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA POLÍTICA EXTERNA 11

Entrevista com o Embaixador Marc Ginsberg
Conselheiro Coordenador Sênior de Política Externa do Vice-Presidente Al Gore

◎ COMENTÁRIOS

A POLÍTICA EXTERNA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2000:

DE KOSOVO A CUBA EM UM JOGO DE CONHECIMENTOS GERAIS 20

Andrew Bennett
Professor Associado de Governo
Universidade de Georgetown

◎ O PROCESSO DA CAMPANHA

A COBERTURA DAS QUESTÕES DE POLÍTICA EXTERNA NA CAMPANHA 2000

PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO 26

Wesley G. Pippert
Diretor, Programa Washington da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Missouri

O QUE DIZEM AS PESQUISAS: QUESTÕES PREOCUPANTES PARA OS ELEITORES

NORTE-AMERICANOS 30

Alvin Richman, Especialista Sênior de Pesquisas
Escritório de Pesquisas, Departamento de Estado dos Estados Unidos

PLATAFORMAS: COMO OS PARTIDOS DEFINEM SUAS POSIÇÕES POLÍTICAS	32
<i>Ralph Dannheisser, Editor Colaborador</i>	

© **EM SUAS PRÓPRIAS PALAVRAS: AS OPINIÕES DOS CANDIDATOS SOBRE
POLÍTICA EXTERNA**

O CANDIDATO PRESIDENCIAL REPUBLICANO GEORGE W. BUSH	37
<i>China e Rússia — Poderes em Transição</i>	

O CANDIDATO PRESIDENCIAL DEMOCRATA AL GORE	41
<i>Uma Nova Agenda de Segurança para a Idade Global</i>	

CANDIDATOS DE TERCEIROS PARTIDOS À PRESIDÊNCIA	45
<i>Ralph Nader e Patrick J. Buchanan</i>	

© **ORIENTAÇÕES PARA LEITURAS ADICIONAIS**

A POLÍTICA EXTERNA E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2000 — ARTIGO DE ALERTA	47
<i>Resumos de artigos recentes</i>	

A POLÍTICA EXTERNA E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2000 — BIBLIOGRAFIA	49
<i>Destaque para outros pareceres</i>	

A POLÍTICA EXTERNA E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2000 — PRINCIPAIS "SITES" NA INTERNET	51
<i>"Links" na Internet para recursos sobre temas relacionados</i>	

O NOVO PARTIDARISMO: A MUDANÇA POLÍTICA DA DIPLOMACIA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS

*James M. Lindsay
Membro Sênior, Instituto Brookings*



“O novo partidarismo nos assuntos externos é um reflexo de correntes profundas da sociedade norte-americana que moldarão a política da diplomacia externa dos Estados Unidos nos próximos anos”, afirma James Lindsay, membro sênior do Instituto Brookings e ex-diretor de Questões Globais e Assuntos Multilaterais da equipe do Conselho de Segurança Nacional. O surgimento deste novo partidarismo, na visão do autor, “criou um paradoxo: os Estados Unidos gozam de poder sem paralelos no cenário mundial, mas os presidentes estão tendo mais dificuldade em mobilizar apoio para suas políticas externas”.

Os norte-americanos apreciam a idéia de que a política partidária deva parar na superfície da água. Mas, na prática, o bipartidarismo tornou-se mercadoria escassa na política externa norte-americana. Democratas e republicanos disputam sobre o que os Estados Unidos devem fazer no exterior e os braços congressuais de ambos os partidos parecem cada vez menos inclinados a submeter-se a quem quer que se sente no Escritório Oval. De fato, ao invés de anunciar uma nova era de harmonia, o final da Guerra Fria parece apenas haver alimentado a discórdia.

Este rancor partidário deixou muita nostalgia por um retorno ao que o presidente Bill Clinton chamou de “a grande tradição de Harry Truman e Arthur Vandenberg; uma tradição... que põe de lado o partidarismo e reúne republicanos e democratas para o bem do povo norte-americano e do mundo”. Mas qualquer pessoa que espere que o próximo presidente seja capaz de restaurar uma política externa bipartidária ficará desapontada. O novo partidarismo em assuntos externos reflete correntes profundas na sociedade norte-americana que moldarão a política da diplomacia externa dos Estados Unidos nos próximos anos.

DO PARTIDARISMO AO BIPARTIDARISMO

O bipartidarismo não é a posição natural das questões da política externa norte-americana. O motivo é simples: os norte-americanos discordam sobre o que constitui seu interesse no exterior e a forma como melhor alcançá-lo. Mais frequentemente, estas diferenças refletiram-se nas linhas partidárias.

Basta examinar um dos debates de política externa mais disputados do século XX nos Estados Unidos, a rejeição do Tratado de Versalhes pelo Senado. Enquanto se desenrolava a Primeira Guerra Mundial, democratas e republicanos colocaram de lado suas diferenças e formaram uma frente política unida (algo observado em quase todas as guerras dos Estados Unidos). Mas apenas um mês após o final da guerra e às vésperas das eleições congressuais de 1918, em meio ao seu mandato presidencial, o presidente Woodrow Wilson cutucou a onça ao conclamar seus compatriotas norte-americanos a reelegerem um Congresso Democrata. Um voto para os republicanos, argumentava ele, reduziria sua capacidade de moldar uma paz justa e duradoura.

O povo ignorou o conselho de Wilson e os democratas perderam o controle do Congresso. De forma não surpreendente, a nova maioria republicana chegou a Washington com pouco interesse em reunir-se em torno do presidente. Ela queria o retorno do investimento e o Tratado de Versalhes proporcionava o objetivo. Embora quase todos os senadores democratas apoiassem o tratado, seus colegas republicanos sepultaram o pacto desejado por Wilson.

O amargor do debate sobre o Tratado de Versalhes e a suspeita de que a derrota do tratado tenha ajudado a pavimentar o caminho para a Segunda Guerra Mundial possibilitaram a ascensão do bipartidarismo após a Segunda Guerra Mundial. Nos primeiros anos após a guerra, os democratas liderados pelo presidente Truman e os republicanos conduzidos pelo senador Vandenberg, o ex-isolacionista que se tornou internacionalista e que

atuou como presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, cooperaram em leis históricas como a Constituição das Nações Unidas, o Plano Marshall e o Tratado da OTAN. A tradição bipartidária estabelecida por Truman e Vandenberg fortaleceu-se na década de 1950 com o presidente Dwight Eisenhower. No início da década de 1960, democratas e republicanos apoiaram quase unanimemente um comércio mais livre, altos níveis de gastos com a defesa e, o mais importante, a intervenção militar no Vietnã.

Isto não quer dizer que os conflitos partidários sobre política externa tenham desaparecido nas primeiras duas décadas após a Segunda Guerra Mundial. Democratas e republicanos encontraram temas de disputa, especialmente a política dos Estados Unidos com relação à China. Ainda assim, esses desentendimentos enfraqueceram-se em comparação com o nível de cooperação bipartidária que, ao analisar-se décadas atrás, é notável. Nenhum porta-voz da Câmara responderia hoje a um presidente do outro partido que solicitasse autorização congressional para utilizar forças militares, afirmando que "se o presidente houvesse feito o que aqui é proposto sem consultar o Congresso, não haveria críticas de minha parte". Mas Sam Rayburn (democrata do Texas) afirmou precisamente isso quando Eisenhower solicitou autorização ao Congresso em 1955 para utilizar forças norte-americanas para proteger Taiwan de ataques.

TEMAS SE DIVIDEM

O Vietnã solidificou a tradição bipartidária. A guerra dividiu o país e também os dois partidos. O Partido Republicano, que era o guardião do isolacionismo, manteve-se firme a uma forma muscular de internacionalismo. Os republicanos argumentavam que a União Soviética estava surpreendendo os Estados Unidos, exigindo gastos maiores com a defesa e continuaram a empunhar a bandeira do livre comércio.

Enquanto isso, os democratas moveram-se na direção oposta. O partido que uma vez abraçou o compromisso do presidente John F. Kennedy em "pagar qualquer preço, suportar qualquer encargo, enfrentar qualquer necessidade" para assegurar a sobrevivência da liberdade, tornou-se cético quanto a envolvimento externos. Os democratas argumentavam que a maior parte dos conflitos do Terceiro Mundo nada tinha a ver

com Moscou, abraçaram a idéia de deter a União Soviética e retiraram seu apoio ao livre comércio.

Ainda que as questões de política externa tenham dividido cada vez mais os democratas nas décadas de 1970 e 1980, o legado do bipartidarismo continuou a manter influência. Embora o Vietnã tenha destruído o desejo instintivo do Congresso em apoiar o presidente, a deferência congressional sobreviveu (ainda que fragmentada) ao longo dos anos 1980. O grande aliado do presidente Ronald Reagan nas lutas sobre o controle de armas, ajuda aos contras da Nicarágua e outras questões de política externa foi a relutância dos democratas moderados em conceder-lhe uma derrota na política externa. Este cuidado originou-se parcialmente de cálculos políticos (eles temiam serem culpados por fazerem política com a segurança nacional), mas também da crença de que contrariar um presidente prejudicaria os interesses de longo prazo do país no exterior.

Esses temores desapareceram em grande parte com o final da Guerra Fria e, como resultado, o bipartidarismo fragmentado da década de 1980 deu lugar a um novo partidarismo. A mudança de política da diplomacia externa dos Estados Unidos é evidente na inimizade demonstrada pelos congressistas republicanos em relação a Bill Clinton. O senador James Inhofe (republicano de Oklahoma) falou por muitos no seu partido ao considerar Clinton "inquestionavelmente o pior comandante-chefe da história dos Estados Unidos". E os republicanos raramente perderam a oportunidade de aplicar o seu castigo. Durante o conflito do Kosovo, os congressistas republicanos criticaram duramente Bill Clinton, tanto durante o conflito quanto antes dele. A Câmara chegou ao ponto de recusar-se a votar o apoio ao bombardeio. Para não ser passado para trás, o Senado trouxe de volta as memórias do Tratado de Versalhes, votando contra o Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares (CTBT), muito embora o presidente Clinton e 62 senadores tenham solicitado que a votação fosse adiada a fim de evitar danos à reputação dos Estados Unidos no exterior. Estes dois episódios romperam com as práticas do passado. Quando o Congresso buscou retirar do presidente o controle da política externa em questões como o Vietnã e os mísseis MX, ele tinha o apoio da opinião pública. No caso de Kosovo e do CTBT, os republicanos desafiaram Clinton apesar da

maior parte dos norte-americanos apoiar as posições do presidente.

Para ser honesto, tentação de utilizar a política externa para obtenção de ganhos partidários dificilmente restringe-se a membros do Congresso ou republicanos. O potencial de ganho político doméstico aparentemente dirigiu grande parte da política externa do presidente Clinton, incluindo as decisões de expandir a OTAN e forçar a Defesa Nacional com Mísseis. E o senador Joseph Biden (democrata de Delaware) estava simplesmente sendo mais honesto que a maioria ao reconhecer que os democratas acreditavam que a derrota do CTBT os ajudaria nas pesquisas: "(O senador republicano) Bill Roth afirma que votará contra o tratado. Bingo! Isto vale US\$ 200.000 em anúncios" contra sua reeleição.

Qual a causa do novo partidarismo? É tentador culpar totalmente a personalidade polarizadora de Clinton por ele mas, na verdade, ele reflete diversas causas mais profundas. Uma é que os Estados Unidos não mais enfrentam um perigo ameaçador. Com o final da União Soviética, existe agora mais lugar para legítima discórdia sobre os meios e fins da política externa dos Estados Unidos. E, como os democratas e republicanos representam eleitorados com diferentes interesses, é pouco surpreendente que eles vejam o mundo de forma diferente.

Uma segunda razão é a mudança de gerações. Elementos da velha ética bipartidária sobreviveram ao longo da década de 1980 porque muitos congressistas eram um produto daquela tradição. Mas, na década de 1990, esses legisladores começaram também a aposentar-se da política. Atualmente, 45% dos senadores e 61% dos deputados iniciaram seu primeiro mandato após 1992 (os números serão ainda mais altos após as eleições de novembro). Esses novos membros conheceram apenas a política mal-humorada do novo partidarismo. O ressurgimento de velhas normas de que os congressistas devem obedecer à liderança presidencial e manter a política na superfície da água dificilmente ocorrerá.

A terceira e mais importante causa do novo partidarismo é ironicamente a decadente importância *política* da diplomacia externa. O interesse público norte-americano nos assuntos externos, que era

razoavelmente alto durante a Guerra Fria, caiu muito durante a década de 1990. Os norte-americanos concluíram que o poder sem paralelos do seu país significa que eles têm pouco em risco no exterior. Com o público agora absorto com a política doméstica, a inibição contra a utilização da política externa para marcar pontos políticos foi quebrada. Os políticos acreditam que podem incitar seus principais defensores demonizando seus oponentes e exagerando as diferenças políticas sem alienar os eleitores moderados, muito mais numerosos. Em resumo, a política externa tornou-se — parafraseando o estrategista militar alemão Karl von Clausewitz — a continuação da política doméstica através de outros meios. E, como os estudiosos sabem há muito tempo, quanto menores os riscos, mais insignificante a política.

O PARADOXO DO INTERNACIONALISMO PÓS-GUERRA FRIA

A ascensão do novo partidarismo criou um paradoxo: os Estados Unidos gozam de poder sem paralelos no cenário mundial, mas os presidentes acham mais difícil mobilizar apoio pela sua política externa. Eles não podem mais contar com o Congresso e o público para seguirem sua liderança. Clinton triunfou em questões como a ampliação da OTAN, o final da guerra na Bósnia e ao garantir a aprovação do Senado à Convenção sobre Armas Químicas somente após haver comprometido todos os poderes do seu cargo com o estabelecimento de apoio bipartidário no Congresso. Mesmo assim, as margens de vitória foram estreitas. Em outras questões, que vão da política com a China à política comercial e até o aquecimento global, Clinton viu suas iniciativas caírem vítimas da disputa partidária no Congresso.

Poderá o próximo governo restaurar o velho espírito do bipartidarismo? Provavelmente não. A tradição de Truman e Vandenberg manteve-se sobre um consenso sobre o papel dos Estados Unidos no mundo; o Vietnã abalou este consenso e o final da Guerra Fria o sepultou. Uma nova ameaça à segurança norte-americana poderá forçar os norte-americanos a atingirem um acordo sobre os meios e fins da política externa dos Estados Unidos no século XXI, mas nenhum adversário equivalente à União Soviética apresenta-se no horizonte.

Um debate nacional poderá também produzir uma nova política externa; idealmente, trata-se de um propósito a que as eleições podem servir. Mas a política externa tem sido em grande parte um apêndice na campanha presidencial de 2000. O vice-presidente Al Gore somente descreveu sua plataforma de política externa em abril de 2000, após a realização das primárias, e dedicou apenas quatro esparsos parágrafos ao tópico no seu discurso de aceitação na Convenção Democrata. O governador George W. Bush atacou o governo Clinton por permitir a redução da prontidão militar e por falhar na busca mais agressiva da defesa com mísseis. Além disso, seus comentários sobre política externa têm tido muita retórica e pouca substância.

Gore e Bush vêm caminhando pouco sobre política externa parcialmente porque, ao colocarem de lado suas diferenças retóricas, eles concordam com as linhas básicas do papel dos Estados Unidos no mundo. Ambos são internacionalistas em desacordo com os neo-isolacionistas dentro de seus próprios partidos. Mas a razão mais importante por que a política externa não se

tornou ponto central da campanha é a mesma por trás do novo partidarismo: a apatia do público sobre assuntos externos. Os candidatos presidenciais naturalmente gravitam em torno de assuntos preocupantes para os norte-americanos comuns. Atualmente, isto significa os benefícios das drogas para uso médico por idosos e não a política dos Estados Unidos com relação à Rússia.

Assim, quem quer que faça o juramento de ofício no próximo mês de janeiro pode esperar mais do partidarismo que abateu o governo Clinton. Isto é bom ou mau, dependendo da análise do observador. O bipartidarismo em nome de uma política imprudente pode ser insensatez, da mesma forma que o partidarismo em nome de uma causa justa pode ser inteligente. O que é claro é que a política não irá parar na superfície da água simplesmente porque os presidentes o pleiteiam. A política externa norte-americana somente retornará à tradição de Truman e Vandenberg se o público norte-americano assim o exigir. ●

DAS CAMPANHAS

Nas duas entrevistas a seguir, os principais conselheiros de política externa das campanhas presidenciais do vice-presidente Al Gore e do governador George W. Bush oferecem os pontos de vista democrata e republicano sobre o futuro da política externa dos Estados Unidos e discutem o que cada um deles considera falho na abordagem do candidato oponente. Como o leitor irá notar em outros meios de comunicação, a retórica de ambos os lados irá se tornar ainda mais intensa à medida que a campanha avança até o dia da eleição.

PONTO DE VISTA REPUBLICANO: A ADMINISTRAÇÃO DAS RELAÇÕES COM A RÚSSIA, CHINA E ÍNDIA

*Entrevista com o Embaixador Richard Armitage
Conselheiro Sênior de Defesa e Política Externa do
Governador George W. Bush*

Os principais elementos da política externa republicana envolvem "a administração da ascensão de duas grandes potências, a China e a Índia, e a administração adicional, ao menos temporariamente, do declínio de outra grande potência, a Federação Russa", afirma o embaixador Richard Armitage, conselheiro sênior de Defesa e Política Externa do governador George W. Bush e antigo negociador e pacificador nos Departamentos de Estado e da Defesa e no Congresso. Sobre a Defesa Nacional com Mísseis, ele afirma que George Bush deseja estabelecer um sistema de defesa com mísseis "assim que possível", acrescentando, "acho que a principal diferença entre nós e os democratas está no nosso verdadeiro desejo pelo sistema".

*Ele foi entrevistado pela editora colaboradora
Susan Ellis.*

PERGUNTA: Na sua opinião, qual o papel desempenhado pela política externa na atual campanha presidencial?

ARMITAGE: Na ausência de algum problema importante, não acredito que a política externa desempenhe papel principal nesta campanha e certamente esperamos que nenhum problema importante se desenvolva.

(veja Armitage, página 12)

PONTO DE VISTA DEMOCRATA: COMO ENFRENTAR OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA POLÍTICA EXTERNA

*Entrevista com o Embaixador Marc Ginsberg
Conselheiro Coordenador Sênior de Política Externa
do vice-presidente Al Gore*

O Partido Democrata está preparado para abordar os novos desafios de política externa enfrentados atualmente pelos Estados Unidos, que incluem a expansão da AIDS, o terrorismo nuclear e o aquecimento global, afirma o embaixador Marc Ginsberg, conselheiro coordenador sênior de Política Externa do vice-presidente Al Gore, ex-embaixador dos Estados Unidos no Marrocos e coordenador norte-americano para Assuntos de Segurança, Investimentos e Comércio do Mediterrâneo. Sobre a Defesa Nacional com Mísseis, ele afirma que o vice-presidente Gore acredita que os Estados Unidos necessitam de um meio eficaz de intimidação para a segurança, a fim de lidar com ameaças de mísseis de Estados nocivos, mas que não "correrá precipitadamente" rumo a um sistema de defesa com mísseis "que não tenha sido provado e testado".

*Ele foi entrevistado pelo editor colaborador
Ralph Dannheisser.*

PERGUNTA: Na sua opinião, que papel está desempenhando a política externa na atual campanha presidencial e, de forma mais ampla, que papel ela normalmente desempenha?

GINSBERG: Geralmente, a política externa não desempenha papel significativo nas campanhas das eleições presidenciais, com exceção das épocas de crises internacionais (conflitos que preocupam o povo norte-

(veja Ginsberg, página 16)

(Armitage, página 11)



P: Existe alguma questão de política externa que poderá influenciar o resultado das eleições?

ARMITAGE: Sempre há fatos que poderão acontecer daqui até as eleições que poderão influenciar os resultados e certamente há fatos

que levantam questionamentos: o controle pelo vice-presidente Gore da Comissão Gore-Chernomyrdin em uma época em que os cofres russos estavam se esvaindo, é uma; a abordagem na Ásia com relação à China é outra. Existem questões reais sobre a relação entre a abordagem decidida com relação à China sobre a frente de política externa e obtenção de fundos no setor doméstico.

Mas sinceramente não acredito que estas sejam ainda preocupações importantes nas mentes do povo norte-americano.

P: O sr. observa diferenças filosóficas básicas entre os republicanos e os democratas sobre questões de política externa?

ARMITAGE: Naturalmente. Começamos pelo comércio. Os republicanos, e certamente George W. Bush, são muito mais orientados ao livre comércio. O governador Bush apoiou firmemente a condição de membro da OMC para a China e considera a liberalização do comércio uma onda crescente que atinge todas as embarcações. Seu recente discurso sobre o Hemisfério Ocidental esteve repleto de referências a uma agenda comercial mais ampla com nossos vizinhos do Sul.

Já observei que existe uma grande diferença na Ásia, onde os republicanos acreditam amplamente que nossa mais importante relação estratégica é com o Japão, enquanto aparentemente os democratas consideram que a relação estratégica mais importante é com um país comunista, a China.

Outro fator principal na forma em que os republicanos abordariam a política externa é o forte uso de alianças. Acreditamos nelas. George Bush acredita com muita convicção na necessidade de fomentar e manter as alianças e ele acredita que, se confiarmos nos aliados em tempos de trabalho e dificuldade, temos que respeitá-los

em tempos de paz e estabilidade. Ou seja, é importante manter boas e consistentes relações com nossos amigos e aliados.

Por fim, acredito que a principal diferença, que eu expressaria em uma sentença, é que George Bush está totalmente ciente da necessidade de excelência no cenário internacional sem ser arrogante. E não acredito que isto seja algo que o governo atual possa particularmente reivindicar.

P: O que o sr. acredita ser a área mais significativa de desacordo entre os dois candidatos presidenciais na área de política externa?

ARMITAGE: Acredito que existam diversas diferenças de ênfase. Na manhã de hoje, por exemplo, o Sr. Bush fez um importante pronunciamento de política externa sobre o Hemisfério Ocidental, expondo sua intenção de dedicar muita atenção a questões importantes que envolvem os países da nossa vizinhança.

Em segundo lugar, como já disse, o Sr. Bush tem se dedicado muito à necessidade de fomentar e tornar mais fortes as nossas alianças.

Em terceiro lugar, temos uma diferença de opinião com os democratas com relação à Ásia e exatamente onde se encontram nossos interesses. Os republicanos acreditam, sem sombra de dúvida, que nossos interesses estão na manutenção de relações muito próximas e adequadas com o nosso principal parceiro democrático na Ásia, que é o Japão. É o relacionamento com o Japão, afinal, que permite aos Estados Unidos efetuarem toda a nossa cooperação pela segurança na Ásia. Nossa capacidade de utilizar bases japonesas nos permite manter presença militar em toda a Ásia, preservando a paz e a estabilidade no nordeste da Ásia. Este relacionamento deve ser fomentado e restaurado. Estas são, portanto, algumas das diferenças.

P: Quais questões de política externa são de importância fundamental para o partido republicano no momento?

ARMITAGE: Em síntese, consideramos os principais elementos da política externa republicana a administração da ascensão de duas grandes potências (China e Índia) e a administração adicional, ao menos

temporariamente, do declínio de outra grande potência, a Federação Russa. E necessitamos administrar esses três eventos simultaneamente de forma que traga paz e estabilidade geral e, esperamos, prosperidade para todos os envolvidos. Esta é uma tarefa muito difícil.

Reconhecemos o desejo e o direito da Índia e da China de ocuparem um lugar no cenário mundial. Uma adição benigna, estável e economicamente saudável ao cenário mundial será mais do que bem-vinda. Mas queremos que isto seja alcançado com o mínimo de desequilíbrio à estabilidade regional. Com relação à Rússia, compreendemos a ampla distância entre suas aspirações nacionais de um lado e sua capacidade nacional, de outro. Necessitamos ser respeitosos em nossas relações com a Rússia, ainda que firmes sobre a necessidade de abertura política, incluindo liberdade de imprensa.

P: Qual é a opinião de George W. Bush sobre um sistema de Defesa Nacional com Mísseis (NMD) e de que forma ela difere da posição democrata?

ARMITAGE: Primeiramente, o Sr. Bush indicou que deseja estabelecer uma Defesa Nacional com Mísseis eficaz assim que possível. Acredito que a principal diferença entre nós e os democratas está no verdadeiro desejo pelo sistema. O Sr. Bush deseja um sistema de defesa com mísseis para proteger os nossos cidadãos. Os democratas, acreditamos, estão fazendo o mínimo indispensável para satisfazer o Congresso e o público norte-americano, sem fazer nada realmente significativo para a criação desse sistema.

P: O sr. falou sobre a necessidade de fomentar nossas alianças com países estrangeiros. De que forma um governo republicano lidaria com as preocupações que foram expressas pelos aliados dos Estados Unidos sobre um sistema NMD e a recusa norte-americana em ratificar o Tratado Abrangente de Banimento dos Testes Nucleares (CTBT)?

ARMITAGE: Bem, estes são dois assuntos diferentes. Primeiramente, com relação ao NMD e nossos aliados, minha primeira sugestão seria de mudar a terminologia de Defesa Nacional com Mísseis para Defesa dos Aliados com Mísseis. Acredito que, se esclarecermos muito bem que o que nos protege pode em grande medida proteger nossos aliados, poderá haver uma visão

um pouco diferente a respeito. Sobre o CTBT, o ponto de vista republicano foi discutido muitas vezes. Não estamos dispostos a ratificar tratados que não possam ser verificados. Acredito que um governo republicano estaria muito mais inclinado a negociar um tratado que realmente retenha a questão e que possa ter medidas de verificação que garantam a fiscalização.

P: Como o sr. responderia às críticas de alguns democratas de que George W. Bush não tem experiência nem habilidade com política externa?

ARMITAGE: George W. Bush é o governador de um Estado. Eu responderia, para ser jocoso, dizendo que o vice-presidente Gore não tem habilidade executiva. Afinal, ele esteve no Congresso norte-americano, que não é um órgão executivo, e é vice-presidente, não possuindo tarefas executivas.

Mas acredito que preferiria concentrar-me nas áreas em que George Bush realmente possui habilidade; ou seja, na tomada de decisões, sem aprovações a granel, mas sendo responsável por seus atos.

Mais especificamente, como vem mantendo, como governador do Texas, relações muito fortes e bem desenvolvidas com o México e países do Hemisfério Sul, seria injusto classificá-lo como neófito no mundo dos assuntos externos.

P: O sr. acredita que os dois principais partidos políticos poderiam trabalhar melhor ao tratarem de questões de política externa durante as campanhas presidenciais? Em caso afirmativo, que conselho o sr. poderia dar para melhorar o tratamento da política externa nas eleições norte-americanas?

ARMITAGE: Bem, existem aqueles que acreditam que a política externa não deva ser uma questão partidária. Particularmente, acredito que a política externa deve merecer um debate muito profundo, da mesma forma que qualquer outra questão, seja ela sobre impostos, questões sociais ou qualquer outro assunto.

A última votação realmente bipartidária no Congresso norte-americano de que me recordo foi a resolução do Golfo de Tonkin em 1964, que autorizou ações presidenciais no Vietnã, o que não trouxe muito bons resultados. Por isso, em primeiro lugar, não acredito

que devemos continuar a insistir no bipartidarismo; estas são questões que possuem sabor partidário.

Em segundo lugar, acredito que, para trazer o público norte-americano mais para o debate, temos que retornar aos fundamentos e tentar desenvolver nas nossas escolas e nas nossas instituições de ensino superior uma maior análise, não apenas da história do mundo e das culturas externas, mas pelo fato de que, embora sejamos uma grande potência e, talvez por algum tempo, a nação mais poderosa do mundo, vivemos neste mundo, somos cidadãos do mundo e devemos ter maior interesse pelas atividades do mundo. E algumas escolas o fazem.

Acredito que existam boas e más notícias a este respeito. As boas notícias são de que, em época de paz relativa, nossos cidadãos concentram-se em outras coisas, e isto é bom. Não queremos que tenha que existir uma crise mundial trágica para chamar a atenção das pessoas. Mas o lado ruim é que, por algum tempo, as pessoas estão ocupadas com outras coisas além de examinar nossas responsabilidades e deveres perante o mundo.

P: De que forma o sr. avalia o conhecimento e o interesse em assuntos externos do público norte-americano?

ARMITAGE: Acho que esta é uma questão interessante. De um lado, conseguimos que mais norte-americanos viajem ao exterior do que nunca. Estamos recebendo uma cultura imigrante muito vibrante que se desenvolve novamente nos Estados Unidos, em mais uma onda. As taxas de natalidade estão caindo neste país, mas ainda assim estamos nos mantendo com imigrantes valiosos que trazem conhecimentos, energia e vibração para a nossa sociedade. E isto é algo que nos beneficia como nação e acredito nos torne uma sociedade mais eclética. Portanto, deste ponto de vista, os norte-americanos estão muito envolvidos em assuntos internacionais.

Por outro lado, com relação a conhecimentos específicos sobre os diferentes países estrangeiros, ou certamente com respeito à capacidade lingüística, acho que os norte-americanos estão muito atrasados. Talvez eles devam passar um pouco mais de tempo tomando real e profundo contato com outras culturas, incluindo os idiomas.

P: Como o sr. analisa o papel e as características da política de segurança nas eleições, agora que a Guerra Fria tornou-se história?

ARMITAGE: Bem, está agora sendo travado um debate na esfera de segurança sobre o estado da nossa força militar. A questão envolve prontidão. Não há dúvida, e acho que os democratas concordarão, que as forças armadas dos Estados Unidos são as mais bem treinadas e mais bem equipadas do mundo.

O debate envolve a direção a que estão voltadas as forças armadas. Nós, do lado republicano, acreditamos que houve um lapso de prontidão. Notamos que, neste último ano do governo Clinton, houve aumento do orçamento da defesa. É o mesmo caso de 1980, o último ano do governo Jimmy Carter. Mas não acredito que alguém se surpreenda especificamente com isso.

O secretário da Defesa William Cohen provavelmente despendeu esforços muito vigorosos para tentar fazer avançar o debate sobre a defesa, mas somente este ano ele conseguiu prevalecer sobre o presidente para estabelecer maior orçamento militar. Nos anos anteriores, você notará que o direcionamento do orçamento não era muito adequado para solucionar nossa prontidão. Ele era totalmente inadequado para recapitalizar nossas contas de intervenção. E a sobreextensão de forças militares (ou seja, sua utilização em tantos locais diferentes ao mesmo tempo) dificultou seriamente o processo de treinamento e prejudicou a sua disposição.

Além da questão de prontidão imediata, existe a questão de como transformarmos nossas forças armadas e, por extensão, nossa política de segurança para poder atender às novas missões e desafios do século XXI; por exemplo, como projetar o poder sem ter acesso às bases avançadas; como conduzir operações em ambientes urbanos; como lidar com o conflito no espaço: como lidar com a segurança e a dominação da informação. Estas são atualmente áreas de amplo debate entre os republicanos e os democratas. O debate foi, portanto, confinado a argumentos sobre prontidão e a indicadores numéricos estéreis. O governador Bush deseja ampliar o debate para incluir de que forma podemos melhor utilizar todos os níveis dos nossos poderes nacionais, e não somente o Departamento de Defesa, para alcançar um ambiente de segurança mais

estável. E então poderemos chegar à questão de qual partido é o mais apropriado para conduzir-nos a este novo e estável futuro.

P: Qual seria a principal prioridade de política externa de um governo Bush?

ARMITAGE: Bem, acredito que seria, como indiquei anteriormente, a excelência no ambiente internacional sem sermos arrogantes. Uma coisa é sermos, por algum tempo, o primeiro dentre iguais ou, como diria o

jornalista Charlie Krauthammer, a "única superpotência", que tem interesses em todas as partes do globo e que, sem sua participação, nada muito significativo pode ter lugar em nenhum local do globo. Uma coisa é sabermos que este é o caso; outra coisa é proclamarmos isso, afirmando que somos a potência indispensável.

O Sr. Bush acredita que devemos ser muito mais silenciosos e excelentes e que a nossa excelência seja a "luz brilhante no horizonte", e não a nossa retórica. ©

(Ginsberg, página 11)



americano), como o conflito coreano na década de 1950 e, naturalmente, a Guerra do Vietnã. Existem questões que foram claramente importantes para o público norte-americano durante as eleições realizadas nessas épocas. Nesta campanha, o povo norte-

americano está claramente concentrado em questões domésticas. Eles estão amplamente satisfeitos com a situação atual. O mundo está em paz e os norte-americanos, embora com bases no exterior, não se encontram em combates ativos de campo e, conseqüentemente, as questões de política externa e segurança nacional estão desempenhando papel periférico.

P: Apesar dessa situação geral, existem questões de política externa que poderão de alguma forma influenciar os resultados destas eleições?

GINSBERG: Bem, ninguém pode prever o futuro. A questão principal que afetará as eleições é a comparação da experiência do vice-presidente Gore e do senador Joseph Lieberman com George W. Bush e Dick Cheney. Em escala puramente empírica, os eleitores necessitam comparar os trinta anos de significativa experiência de segurança nacional que o vice-presidente traz consigo com a experiência mais limitada do governador Bush neste campo.

P: Além do que o sr. considera diferença de experiências, existem questões de política externa que dividem os candidatos ou os partidos Republicano e Democrata em campos filosóficos?

GINSBERG: Sim, certamente. O Partido Republicano e George Bush estão concentrados na Guerra Fria e nas suas conquistas na Guerra do Golfo. Eles não se concentraram nos desafios que enfrentamos em uma era pós-Guerra Fria, em que os Estados Unidos agora se encontram no ápice da sua autoridade em todo o mundo em uma nova era global. Enfrentamos desafios que chamaríamos de transglobais, que exigem que os Estados Unidos lidem de forma mais eficaz com regiões do mundo em conflito potencial. George Bush e seu partido não demonstram interesse em abordar os novos desafios de segurança na sua origem.

E esta é a primeira questão. A segunda questão é o unilateralismo do Partido Republicano. As inconsistências inerentes da plataforma republicana sugerem que, enquanto por um lado George Bush fala sobre uma política de distinto internacionalismo norte-americano, George Bush está preparado para agir unilateralmente sobre dois temas fundamentais que preocupam nossos aliados e nossas alianças no exterior, bem como a integridade de tais alianças (O Tratado Abrangente de Banimento dos Testes Nucleares e a Defesa Nacional com Mísseis).

Isto representa uma discordância fundamental entre os partidos Republicano e Democrata. Os democratas e Al Gore não estão preparados para correr precipitadamente em direção a um sistema de Defesa Nacional com Mísseis que não tenha sido provado e testado. Também apoiamos a aprovação do Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares. Portanto, em áreas de segurança nuclear e no fortalecimento de alianças, os republicanos estão preparados para agir unilateralmente; os democratas acreditam no engajamento de nossos aliados e no trabalho conjunto com eles para atender e solucionar estas questões. Esta é uma clara distinção entre nós e eles.

P: Portanto o sr. acredita que estas questões nucleares são a área mais significativa de desacordo?

GINSBERG: Sim.

P: Concordância ou desacordo à parte, quais questões de política externa são de importância fundamental para o Partido Democrata no momento?

GINSBERG: Bem, primeiramente e antes de tudo, a questão mais importante é dar continuidade à prosperidade doméstica, mantendo a estabilidade no exterior. Nossa economia é cada vez mais dependente da estabilidade dos mercados externos e da prosperidade econômica dos nossos principais aliados. Al Gore deseja continuar a desenvolver a linha de auxílio aos nossos aliados na resolução das suas dificuldades financeiras internacionais; sejam elas a crise do peso mexicano ou as crises financeiras do sudeste asiático, é uma forma de assegurar a contínua prosperidade norte-americana. Isto vem em primeiro lugar. Em segundo lugar, e não menos importante, está

obviamente a manutenção da segurança norte-americana e a certeza de que nossas forças armadas permaneçam fortes, sejam capazes de lidar com as questões que desafiam os Estados Unidos e atendê-las. Nos próximos anos, isto significa ajudar a melhorar a qualidade de vida para os nossos militares, assegurando que a revolucionária tecnologia sendo produzida pelos Estados Unidos nesta era da informação esteja disponível para eles e que as forças armadas sejam capazes de fazer o trabalho que lhes é destinado à medida que lidamos com as novas questões globais que enfrentamos.

P: Pelo que o sr. disse, parece ser sua opinião que as questões de segurança econômica tornaram-se pelo menos tão importantes quanto a segurança militar.

GINSBERG: Sim, elas andam de mãos dadas. Os norte-americanos não se sentirão econômica ou militarmente seguros a menos que utilizemos nossa liderança global para evitar conflitos que prejudiquem a segurança norte-americana e nossos mercados financeiros. Estamos cada vez mais interdependentes em uma era de globalização, em que nossos poderes econômico e militar andam de mãos dadas.

P: Dado o baixo perfil das questões de assuntos externos nas campanhas eleitorais, o sr. acredita que qualquer dos partidos poderia, de alguma forma, fazer um trabalho melhor ao cuidar destas questões durante as campanhas?

GINSBERG: Bem, não concordo com a opinião de que não estamos concentrados na política externa. O que afirmei em meus comentários anteriores foi que geralmente a política externa não desempenha um papel importante na campanha. O vice-presidente fez diversos pronunciamentos importantes sobre política externa, dos quais o mais importante foi em Boston no mês de abril, em que ele anunciou suas iniciativas políticas para quando tornar-se presidente. Foi anunciada sua política de promoção do engajamento. Ele também falou para a classe em graduação de West Point, onde anunciou uma nova política relativa às forças armadas dos Estados Unidos. George Bush fez diversos pronunciamentos sobre política externa. Tem havido, é claro, algumas questões da imprensa sobre a Defesa Nacional com Mísseis e o processo de paz no Oriente Médio. À medida que a campanha caminha em

marcha mais rápida, estou certo de que haverá mais questões relativas à segurança nacional e política externa. Assim, por um lado, a política externa não será fundamental nestas eleições, mas o povo norte-americano certamente permanece interessado nessas questões e segue perguntando-nos sobre elas, a julgar pelo abrupto volume de questões recebidas pelas campanhas dos meios de comunicação.

P: Como o sr. analisa o papel e as características da política de segurança nas eleições, agora que a Guerra Fria já passou?

GINSBERG: Bem, como afirmei anteriormente, os Estados Unidos enfrentam novos desafios que não tínhamos na época da Guerra Fria. Esta é novamente a principal diferença entre os republicanos, que estão fixos na mentalidade da Guerra Fria, e um Partido Democrata e um presidente e vice-presidente que foram preparados para abordar os novos desafios de segurança enfrentados pelos Estados Unidos. Um exemplo perfeito é a disseminação de doenças por todo o mundo (a AIDS na África). O vice-presidente fez importante discurso nas Nações Unidas em janeiro deste ano em que, pela primeira vez, indicou que a disseminação da AIDS na África representa uma ameaça de segurança nacional de longo prazo para os Estados Unidos. Por quê? Não se trata aqui somente de questão humanitária em risco, mas sim do fato de que uma geração inteira de jovens líderes africanos está sendo varrida por uma doença que poderá acelerar a instabilidade naquele continente. E consideramos a África importante.

Existem questões de terrorismo nuclear que necessitam ser combatidas. Existem questões ambientais, aquecimento global; questões que ameaçam nossos filhos e netos, que um bom presidente, um presidente com visão para o futuro, necessita abordar. Não se pode apenas lidar com as questões de segurança nuclear e fingir que, ao lidarmos com essas questões, fomos capazes de abordar de alguma forma todas as ameaças de longo prazo enfrentadas pelos Estados Unidos.

Estamos em posição singular da nossa história. Os Estados Unidos são, de longe, a mais forte potência do mundo e uma potência que a maioria dos países ainda busca para orientação, auxílio, conselho e liderança. Nesta postura única, temos a oportunidade de ajudar a abordar estas questões que irão afetar nossos filhos e

netos e é esta a causa da importância do engajamento nestas questões globais. E não estamos apenas tocando um alarme. Basta olhar para as ameaças no subcontinente asiático, como a Caxemira, por exemplo. Basta olhar para as ameaças que Taiwan recebe da China. Basta olhar para a evolução do processo de paz no Oriente Médio e o que se seguirá àquele processo; as consequências para a segurança norte-americana dos conflitos e do ódio racial; os resquícios da Guerra Fria que forneceram aos Estados Unidos mais desafios a serem combatidos; somente neste ano, a expansão da tecnologia da informação e as oportunidades e desafios que ela representa. Todas estas são questões que um líder norte-americano do século XXI necessitará abordar. Al Gore demonstrou liderança e capacidade não somente para analisar estas questões, mas também para desenvolver novas idéias e formas de abordagem.

P: O sr. mencionou diversas vezes em suas respostas que Gore possui o conhecimento de assuntos externos que Bush, segundo o sr., não tem. Quais o sr. considera os principais sucessos de política externa do governo atual e o sr. poderia falar um pouco sobre qual o papel desempenhado pelo vice-presidente Gore ao atingí-los?

GINSBERG: Bem, primeiramente, o vice-presidente vem liderando o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Além dos seus trinta anos de experiência no Congresso e no Senado sobre questões de controle de armas, ele estabeleceu o conceito das comissões binacionais que foram formadas entre os Estados Unidos e a África do Sul, os Estados Unidos e o Egito e os Estados Unidos e a Rússia. Quais foram os propósitos dessas comissões binacionais? Este é o tipo de trabalho de bastidores que não é proclamado nos meios de comunicação e que exige a total capacidade intelectual e o comprometimento do vice-presidente em abordar questões que são importantes para os Estados Unidos a longo prazo. Em nossa comissão binacional com a África do Sul, por exemplo, ele ajudou a acelerar a reforma de mercado para auxiliar a abertura de mercados para os Estados Unidos e a transição sul-africana do apartheid para a democracia.

O mesmo ocorre no Egito. Ele concentrou seus esforços para ajudar a abrir a economia egípcia para investimentos estrangeiros, a fim de ajudar a estabilizar o Egito, trazer mais investimento estrangeiro e assegurar que os Estados Unidos encontrem um papel real a

desempenhar no mundo árabe, a fim de auxiliar a abordagem de questões de desenvolvimento econômico e prosperidade. O registro do seu papel na comissão binacional com a Rússia: ele não só ajudou a acelerar a desnuclearização das ameaças nucleares aos Estados Unidos através do seu trabalho de comissão, mas trabalhou muito com um amplo número de autoridades russas e a sociedade civil para ajudar a acelerar o desenvolvimento de reformas de mercado no país. Estas são conquistas importantes.

Mas ele também trabalhou muito para fechar os portões da guerra em todo o mundo. Este foi o sucesso não comemorado do seu governo, seja na Irlanda do Norte, no Haiti, na península coreana, no Oriente Médio, este governo buscou obstinadamente o processo de paz onde os conflitos étnicos e as disputas civis ameaçavam tornar-se perigos nacionais para os Estados Unidos. Pusemos fim de forma efetiva ao genocídio e ao conflito étnico na África e na Europa. Este governo está muito orgulhoso do seu registro de auxílio para encerrar o genocídio que tinha lugar na Bósnia e em Kosovo, bem como na África, em Serra Leoa. Poderíamos claramente haver feito melhor em Ruanda (todos nós admitimos que aquela foi uma política ineficaz). Trabalhamos muito para encerrar a disputa no Timor Leste. Este é o trabalho duro e laborioso de diplomacia em que este governo tem grande participação e que os republicanos somente criticam, já que nunca ofereceram nenhuma abordagem melhor.

P: Em quais deles o vice-presidente desempenhou papel de liderança?

GINSBERG: Em todos eles. Em todos eles.

P: O sr. fez anteriormente algumas referências à Defesa Nacional com Mísseis. Qual é o ponto de vista do vice-presidente sobre a continuidade ou não do desenvolvimento de um sistema NMD pelos Estados Unidos?

GINSBERG: O vice-presidente afirmou claramente que ele acredita que os Estados Unidos enfrentam uma ameaça de mísseis de Estados nocivos, e não apenas de Estados nocivos, mas também de organizações terroristas, e os Estados Unidos necessitam ter um meio eficaz de intimidação para segurança, a fim de lidar com essas ameaças nos próximos anos. Mas ele acredita que existem quatro fatores que necessitam ser

considerados antes da tomada de decisão sobre a Defesa Nacional com Mísseis.

Em primeiro lugar, a viabilidade técnica do sistema. Não é razoável fazer com que os contribuintes norte-americanos gastem bilhões de dólares em um programa que não seja tecnicamente viável. Ninguém conhece ainda a viabilidade de tal programa, seja um sistema com base em terra ou um sistema de Guerra nas Estrelas, como defendem os republicanos, mas este é o primeiro fator. O segundo fator é a avaliação da ameaça. O terceiro é o efeito que os desenvolvimentos terão sobre o controle de armas e nossos sistema de alianças no exterior e, portanto, isto deve ser levado em conta. O quarto fator é o custo. Trata-se do dinheiro do

contribuinte norte-americano. Precisamos ter a certeza de que, ao gastarmos o seu dinheiro, os fundos devem ser gastos de forma inteligente e que atinja o objetivo. Não estamos preparados para fazer o que defendem os republicanos e George Bush, que é decidir arbitrariamente, sem que tenha havido qualquer determinação eficaz da viabilidade do projeto, gastar US\$ 140 bilhões (que romperia a estrutura do nosso orçamento) com a Defesa Nacional com Mísseis. As ameaças que eles reivindicam seriam abordadas pelo seu sistema são baseadas em uma mentalidade da Guerra Fria que não mais se aplica. Mas o que o vice-presidente afirmou é que a Defesa Nacional com Mísseis deve lidar não apenas com velhas ameaças, mas com as novas ameaças que enfrentamos. ©

A POLÍTICA EXTERNA NA CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2000: DE KOSOVO A CUBA EM UM JOGO DE CONHECIMENTOS GERAIS

Andrew Bennett

Professor Associado de Governo, Universidade de Georgetown



Embora a importância da política externa nas campanhas eleitorais para presidente tenham se reduzido em relação a outras questões e as diferenças partidárias sobre posições políticas tenham se estreitado, "os eleitores ainda julgam os candidatos por seus valores de política externa, competência e capacidade de liderança, especialmente sua capacidade de administrar crises", afirma Andrew Bennett, professor associado de Governo da Universidade de Georgetown e conselheiro de questões de política externa em diversas campanhas presidenciais. Como resultado, afirma ele, erros ou gafes dos candidatos no transcurso da campanha podem ter "importantes efeitos a longo prazo nas eleições".

O CONCEITO CONVENCIONAL: A POLÍTICA EXTERNA NÃO IMPORTA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

O conceito convencional entre os observadores políticos é que, na ausência de crises ou guerras importantes, a política externa nunca teve muita importância nas eleições presidenciais norte-americanas e o fim da Guerra Fria reduziu ainda mais a importância da política externa. Segundo este ponto de vista, a complexidade dos dilemas pós-Guerra Fria e a ausência de um potente adversário externo reduziram as diferenças políticas entre os partidos Democrata e Republicano. Alguns analistas também sugerem que o público norte-americano tenha retornado à sua história de isolacionismo e unilateralismo e o público geralmente não presta atenção nem se informa sobre a política externa e é extremamente avesso a qualquer sinistro em guerra, reprimindo ainda mais a política externa dos presidentes e candidatos.

Este conceito convencional é verdadeiro em alguns aspectos, exagerado ou extremamente simplificado em outros e simplesmente errado em algumas questões. A política externa esteve no auge da sua importância nas eleições presidenciais da Guerra Fria durante crises ou guerras, mas a concorrência com a União Soviética tornou-a importante mesmo na ausência de crises específicas em andamento. O final da Guerra Fria reduziu a proeminência da política externa nas eleições

presidenciais, mais claramente em 1992, e as diferenças políticas entre os partidos Republicano e Democrata estreitou-se em 1992 e 1996, mas estes desenvolvimentos foram exagerados. Embora a importância da política externa tenha se reduzido com relação a outras questões e as diferenças partidárias sobre posições políticas tenham se estreitado, os eleitores ainda julgam os candidatos por seus valores de política externa, competência e capacidade de liderança, principalmente pela sua capacidade de administrar crises.

Com relação à opinião pública, de forma geral, a maior parte do público norte-americano não vem dando atenção à política externa, especialmente após o final da Guerra Fria. Entretanto, quase não tem havido modificações nos instintos internacionalistas e multilaterais de política externa do público desde o final da Guerra Fria e o público se informa e exerce bom julgamento na ocorrência de crises específicas. Além disso, o público está atento às questões "intermísticas" (questões internacionais com grande componente doméstico) que afetam a vida diária nos Estados Unidos, tais como a imigração, comércio ilegal de drogas e comércio internacional. Além disso, muitos grupos de interesse comercial e étnico concentram-se fundamentalmente em política externa e são influentes durante as campanhas presidenciais através de contribuições financeiras e "lobby" de base. Por fim, as pesquisas demonstram que o público norte-americano,

ainda que atualmente sofra da "fadiga da compaixão" com respeito à manutenção da paz em conflitos étnicos e Estados falidos, está disposto a arriscar vidas caso objetivos humanitários e estratégicos dos Estados Unidos estejam em risco¹.

Conseqüentemente, a política externa já fez a diferença na campanha presidencial de 2000 e continuará a fazê-lo. Tanto Al Gore como George W. Bush aderiram a políticas externas internacionalistas e distanciaram-se das alas isolacionistas dos seus partidos. Ambos vêm reagindo a grupos de questões específicas de política externa. E, embora os dois candidatos não possuam posições dramaticamente diferentes sobre política externa e o público não tenha ainda apoiado as políticas externas de um em detrimento do outro, ambos os candidatos sofreram as conseqüências de gafes específicas de política externa, ou enganos observados durante suas campanhas. De forma geral, este processo custou mais apoio a Bush que a Gore.

Este artigo reafirma estas conclusões, analisando primeiramente de forma resumida o efeito da política externa em campanhas anteriores. Ele então examina como Gore e Bush administraram a política externa durante suas campanhas, concentrando-se nas conseqüências das declarações equivocadas de Bush sobre o conflito em Kosovo e suas repetidas gafes sobre os nomes dos líderes e das pessoas, bem como as conseqüências da embaraçosa condução do caso de Elian Gonzalez por Gore. Estes enganos observados, embora não alterem direta ou dramaticamente a corrida presidencial, tiveram importantes efeitos a longo prazo sobre as eleições e qualquer gafe ou crise de política externa antes da eleição poderá ter conseqüências maiores e mais imediatas.

RACHAS NO CONCEITO CONVENCIONAL: A POLÍTICA EXTERNA NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS APÓS A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A maior parte dos argumentos de que "a política externa não importa" nas eleições presidenciais norte-americanas concentra-se na "proeminência" das

questões de política externa, ou a importância que o público deposita sobre essas questões nas pesquisas. A proeminência da política externa é, de fato, um fator fundamental no julgamento do seu impacto sobre as eleições, mas outros fatores também são importantes, incluindo as diferenças observadas nas posições, valores e competência dos candidatos sobre questões de política externa. Embora a proeminência da política externa tenha sofrido séria queda desde o final da Guerra Fria, esses outros fatores permanecem importantes.

Em quase todas as pesquisas desde o final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1980, o público considerou a política externa uma das três questões mais importantes enfrentadas pelos Estados Unidos, freqüentemente a questão mais importante. A importância geral das relações com a União Soviética dirigiu grande parte desta preocupação e, além disso, questões específicas tiveram grande importância em eleições específicas: a Guerra da Coréia em 1952, o alegado "atraso dos mísseis" em 1960, a Guerra do Vietnã em 1968 e 1972, a intervenção soviética no Afeganistão e a crise dos reféns no Irã em 1980 e as dramáticas mudanças na União Soviética em 1988. A proeminência das questões de política externa mudou dramaticamente, entretanto, com o final da Guerra Fria. De 1992 para cá, a política externa raramente atingiu as doze maiores questões consideradas mais importantes pelo público. Em uma pesquisa do Gallup em janeiro de 2000, por exemplo, perguntando aos eleitores quais dentre uma longa relação de questões eram mais importantes para eles, os gastos militares ficaram apenas em 20º lugar, enquanto o papel dos Estados Unidos nos assuntos mundiais foi o 22º em importância².

Muitos observadores apontam as eleições de 1992 como demonstração da limitada importância da política externa após a Guerra Fria, notando que o público sentiu que o presidente Bush não prestava atenção às questões domésticas e que Bush caiu de índices de aprovação de cerca de 90% após a Guerra do Golfo até a perda da eleição pouco mais de um ano depois. A política externa foi de fato menor que as questões domésticas na lista de prioridades dos eleitores em 1992, mas esta interpretação omite que a derrota de

¹ John E. Rielly, ed., "American Public Opinion and U.S. Foreign Policy" (A opinião pública norte-americana e a Política Externa dos Estados Unidos) 1999, Conselho de Relações Externas de Chicago, 1999. Os resultados desta pesquisa estão disponíveis "on-line" no endereço: <http://www.ccf.org/publications/opinion>

² "Gallup Poll Monthly" (Pesquisa mensal do Gallup), janeiro de 2000. Os números de pesquisas subsequentes mencionados no presente, a menos que indicados em contrário, também são das pesquisas mensais do Gallup das datas correspondentes.

Bush foi também conseqüência de reveses e oportunidades perdidas na política externa. Apesar da administração em grande parte bem sucedida de Bush do final da Guerra Fria, Saddam Hussein permaneceu no poder após a Guerra do Golfo, os críticos queixaram-se da falta de "visão" de Bush e seu fracasso em definir os objetivos e políticas atrás da sua retórica sobre uma "Nova Ordem Mundial", e Bush não adotou ações eficazes na Somália (até depois das eleições) ou na Bósnia. Até mesmo o ex-presidente Nixon criticou Bush por ser tímido demais no auxílio à consolidação da democracia e dos mercados na Rússia. Além disso, vale a pena recordar que os candidatos mais isolacionistas (Patrick Buchanan, senador Tom Harkin e o ex-governador da Califórnia Jerry Brown) não venceram as indicações dos seus partidos.

Portanto, as posições e a competência dos candidatos em política externa têm a mesma importância da proeminência geral das questões de política externa. Na maior parte do período da Guerra Fria, os candidatos republicanos foram beneficiados por uma reputação de serem mais duros com a União Soviética mas, com o final da Guerra Fria, as diferenças de posicionamento se reduziram. Apesar de algumas diferenças de simbolismo e valores nas eleições de 1996, como as críticas do senador Robert Dole ao secretário geral da ONU Boutros Gali, não havia diferenças marcantes entre Dole e Clinton na maior parte das questões de política externa, incluindo os desdobramentos norte-americanos de manutenção da paz na Bósnia. Talvez a generalização mais clara sobre posições de política externa seja que o candidato ou o partido que ocupa a Casa Branca tende a ser mais internacionalista que o candidato ou partido da oposição. O presidente Clinton, por exemplo, centralizou-se em sua agenda doméstica na campanha de 1992, mas desde então ele tem estado no lado internacionalista de questões como o financiamento da ONU pelos Estados Unidos, manutenção da paz, autoridade negociadora comercial "fast-track" e o financiamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto o Congresso, republicano desde 1994, tem estado mais do lado isolacionista dessas questões.

A experiência na política externa tem a mesma importância que posições políticas específicas, mas não é esmagadoramente importante: o candidato com menos experiência de política externa venceu em 1992 (Bush-Clinton), 1980 (Carter-Reagan) e 1976 (Carter-

Ford). Mais importante que a experiência direta em política externa é o sentimento de julgamento geral dos candidatos pelos eleitores, competência e caráter em questões de política externa e sua capacidade de administrar crises. Os eleitores julgam estas habilidades fundamentais na política externa em diversos contextos durante a campanha, incluindo os que não estejam diretamente relacionados com a política externa. As habilidades de administração de crises de Clinton estiveram à mostra, por exemplo, quando ele sobreviveu à primária de New Hampshire em 1992, apesar da exaltação alimentada pelos meios de comunicação sobre um alegado caso extraconjugal. O julgamento e o caráter do senador Gary Hart sobre política externa foram questionados em 1984 quando ele pareceu mudar de posição antes da primária de Nova Iorque sobre a questão da mudança da embaixada norte-americana em Israel para a cidade de Jerusalém. As habilidades de administração de crises de Hart também se provaram inferiores às de Clinton quando Hart esteve na posição similar de responder a alegações de um caso em 1988. Esses eventos contribuíram para o fracasso de Hart em vencer a nomeação presidencial democrata.

É portanto provável que a capacidade de administração de crises seja uma espécie de "teste de tornassol" para os eleitores ao decidirem em quem votar para presidente. Mesmo que os eleitores geralmente considerem a política externa com baixa importância nas suas prioridades, eles podem ainda afastar-se de candidatos que pareçam ser incapazes de administrar crises.

COMO A POLÍTICA EXTERNA AFETOU A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2000?

Os candidatos presidenciais em 2000 enfrentam um eleitorado que atribui baixa prioridade à política externa, mas que permanece internacionalista em suas visões políticas e que está buscando um presidente que seja competente na administração de crises de política externa. Os candidatos responderam com políticas externas que são similares em suas linhas mais amplas mas diferentes em seus detalhes, simbolismo e apresentação. Até o momento, as pesquisas não demonstram que os eleitores tenham dado a qualquer dos candidatos uma vantagem significativa sobre questões de política externa mas, à medida que a eleição se aproxima, as questões de competência e

administração de crises provavelmente tomarão maior vulto. Ao final, apesar da baixa proeminência da política externa e das limitadas diferenças de posição entre os candidatos, a percepção do público sobre gafes de política externa nas campanhas, mais a sua reação a quaisquer novos erros, poderá ser importante para a decisão do resultado.

Refletindo a baixa proeminência da política externa, nem Gore nem Bush colocaram muita ênfase sobre a política externa em discursos públicos. Os dois candidatos articularam suas políticas externas em alguns discursos fundamentais no início das suas campanhas, adotando geralmente políticas internacionalistas³. Os conselheiros e defensores da política externa de Bush, que incluem Condoleezza Rice, Colin Powell, Henry Kissinger e Norman Schwarzkopf, bem como o candidato a vice-presidente Richard Cheney, vêm desempenhando papel proeminente na campanha de Bush, aparecendo freqüentemente com ele no cenário em importantes discursos de política externa, para tranquilizar preocupações sobre a falta de experiência de Bush em política externa. Devido à ampla experiência de política externa de Gore, seus conselheiros de política externa vêm tendo papel público menos proeminente.

Ambos os candidatos fizeram muito pouca referência à política externa nos discursos de suas convenções. Bush chamou a atenção à questão da prontidão de defesa no seu discurso de convenção e nas semanas que se seguiram mas, embora isto lhe tenha dado uma leve ascensão nas pesquisas sobre a questão da defesa, teve efeito limitado devido às notícias nos meios de comunicação que indicavam que Bush havia exagerado em sua reivindicação na convenção de que duas divisões do exército dos Estados Unidos não estavam prontas para o combate. De forma similar, Bush tentou tirar vantagem da sua ênfase sobre a construção de defesas contra mísseis balísticos, mas isto lhe valeu apoio limitado face ao apoio contínuo de Gore à pesquisa sobre defesas contra mísseis e em vista dos repetidos fracassos nos testes de sistemas de defesa contra mísseis. Com respeito à convenção democrata, Gore discutiu a

³ Os "web sites" oficiais das campanhas de Gore e Bush contém o texto de cerca de oito a dez discursos sobre política externa; os que talvez tenham recebido cobertura mais ampla incluem a fala de Bush em 19 de novembro de 1999 e o discurso de Gore em 30 de abril de 2000.

política externa em termos muito gerais por alguns parágrafos, sobrepujando as sugestões de alguns dos seus conselheiros de retirar qualquer menção de política externa⁴. As diferenças políticas dos candidatos sobre outras questões visíveis foram limitadas: ambos apoiaram o estabelecimento de relações comerciais normais permanentes com a China e ambos se opuseram a um projeto de lei proposto no Congresso para estabelecer um prazo no verão de 2001 para a retirada das tropas norte-americanas de Kosovo.

Talvez devido às diferenças limitadas nas posições de política externa dos candidatos e à baixa proeminência da política externa, as pesquisas na primavera de 2000, as últimas disponíveis sobre este assunto no momento de fechar esta edição, demonstravam que o público estava dividido igualmente entre Gore (42%) e Bush (43%) sobre quem cuidaria melhor da política externa⁵. Apesar deste saldo aparentemente equilibrado, existem sinais de que a política externa vem favorecendo Gore até o momento na campanha. Primeiramente, em junho de 1999, Bush começou com vantagem substancial de 53% contra os 36% de Gore sobre a questão de quem conduziria melhor a política externa⁶. Parte da erosão do apoio à política externa de Bush no ano interveniente deveu-se sem dúvida à ascensão típica do desenvolvimento de um vice-presidente ao tornar-se nomeado. Resultados mais detalhados de pesquisas, entretanto, sugerem que os erros e as gafes de Bush sobre política externa (falta de liderança em Kosovo e falta de familiaridade com os nomes de líderes e pessoas) custaram-lhe mais apoio que a abrupta mudança de política de Gore com relação a Elian Gonzalez.

A HESITAÇÃO DE BUSH SOBRE KOSOVO

A hesitação de Bush ao declarar uma política clara sobre a crise em Kosovo foi possivelmente seu erro mais caro de política externa na campanha. Quando a crise surgiu no final de março de 1999, o senador John McCain, que então se opunha a Bush na eleição primária republicana para presidente, declarou imediatamente que, se os Estados Unidos usassem a força, deveriam

⁴ Melinda Henneberger, "In Reversal of Speech Process, Gore Wrote and His Aides Then Whittled" (No reverso do processo da fala, Gore escreveu e seus auxiliares depois cortaram), *The New York Times*, 18 de agosto de 2000, pág. 17.

⁵ "The Gallup Poll Monthly", maio de 2000, pág. 11.

⁶ *Ibid.*

usá-la para ganhar e não deveriam excluir o uso de forças terrestres. Esta posição, juntamente com a reputação de McCain como herói da Guerra do Vietnã, deu a McCain tremenda exposição nacional no noticiário da televisão e em programas de entrevistas. Bush, ao contrário, evitou fazer uma declaração política clara sobre a crise por diversas semanas, antes de finalmente fazer eco à posição política de McCain. Este atraso pode haver resultado em parte do cuidado de Bush por estar na frente na campanha, mas também refletiu comprovadamente divisões entre os conselheiros de política externa de Bush⁷. Qualquer que tenha sido a razão da indecisão de Bush, este episódio marcou claramente o início da ascensão de McCain sobre os outros candidatos para a nomeação republicana, eventualmente auxiliando-o a forçar Bush a uma luta mais longa, mais cara e politicamente mais danosa pela nomeação. As pesquisas em New Hampshire em abril e maio mostraram a ascensão de McCain ao terceiro lugar na corrida republicana, atrás de Bush e Elizabeth Dole, e nas pesquisas nacionais McCain subiu de 3% em março para 6% em maio⁸.

O FRACASSO DE BUSH NO "JOGO DE CONHECIMENTOS GERAIS"

As gafes mais conhecidas de Bush referem-se à sua capacidade de nomear somente um dentre quatro líderes estrangeiros em resposta ao jogo de conhecimentos gerais de um repórter em novembro de 1999 e suas freqüentes confusões de nomes de povos estrangeiros (como chamar os gregos de "grécios"). Esses erros não causaram nenhuma queda marcante ou imediata na posição de Bush nas pesquisas. A atenção pública à campanha na época era limitada e o público distingue o conhecimento substantivo de detalhes políticos e de julgamento em uma crise. A maneira defensiva da resposta de Bush ao jogo de conhecimentos gerais, entretanto, e a ressonância com sua confusão com nomes de povos estrangeiros fez com que a história fosse comentada por muito tempo e reduzisse a confiança do público no conhecimento de assuntos externos de Bush. O banco de dados Lexis-

⁷ The Washington Post relatou em 19 de novembro de 1999 que o conselheiro de Bush Dov Zakheim era contra a tomada de ações militares para parar a limpeza étnica em Kosovo, enquanto Paul Wolfowitz era a favor, o que contribuiu para a indecisão de Bush sobre o assunto.

⁸ Ronald Brownstein, "Crisis in Kosovo Gives McCain's Presidential Bid a Boost" (A crise em Kosovo dá impulso à candidatura presidencial de McCain), Los Angeles Times, 22 de abril de 1999, pág. 8; "Gallup Polls", março a maio de 1999.

Nexis de reportagens em jornais exibe 96 reportagens com as palavras-chave "Bush" e "jogo" na primeira semana após o jogo e 236 reportagens com esses termos até o final de dezembro de 1999. O mesmo banco de dados exibe 91 artigos mencionando o nome de Bush e a palavra "grécios" entre setembro de 1999 e meados de setembro de 2000, continuando até mesmo no final desse período à razão de um a dois artigos por semana. Enquanto isso, a confiança nas pesquisas de opinião pública sobre se Bush faria um "bom trabalho" em política externa caiu de 61% em meados de setembro de 1999 para 55% em meados de janeiro de 2000. Uma pesquisa em dezembro de 1999 demonstrou que 58% do público acreditavam que Gore tinha conhecimentos suficientes de assuntos externos para ser um bom presidente, em comparação com apenas 44% que tinham o mesmo pensamento de Bush. Por outro lado, a avaliação do conhecimento de política econômica e educacional dos dois candidatos diferia em apenas 1 a 2%. A grande diferença na percepção dos candidatos pelo público com relação ao conhecimento de assuntos externos prosseguiu até a primavera e o público concedeu a Gore vantagem de 5 a 6% sobre "questões de compreensão complexa" e "possui o conhecimento necessário para ser presidente".

A MUDANÇA POLÍTICA DE GORE SOBRE ELIAN GONZALEZ

A posição de política externa de Gore sofreu quando ele endossou abruptamente legislação proposta no final de março para conceder status de residência permanente a Elian Gonzalez, um garoto cubano que sobreviveu com dificuldade após uma viagem de balsa para os Estados Unidos, seu pai e parentes. Esta posição colocou Gore em desacordo com ampla maioria do público, que acreditava que Elian deveria reunir-se ao seu pai, que insistia em retornar a Cuba. Mais importante, como a mudança política de Hart sobre a questão de Jerusalém em 1984, a decisão de Gore levantou suspeitas sobre a possibilidade dele estar cedendo a pressões de um grupo de interesses (neste caso, os cubano-americanos concentrados na Flórida). Em consequência, uma pesquisa do "USA Today" em 24 de abril demonstrou que 25% aprovavam a condução do caso Elian por Gore, mas 37% desaprovaram as ações de Gore e, entre 30 de março e sete de abril, Gore caiu de 45% para 41% entre os possíveis eleitores em pesquisas que o opuseram contra Bush.

Ao contrário das gafes de Bush, entretanto, é difícil encontrar nas pesquisas qualquer evidência de que a política de Gore sobre Elian tenha causado danos duradouros à sua posição com o público. Como Gore é familiar ao público por um período muito mais longo que Bush, sua imagem não era tão exposta a ponto de ser muito afetada por qualquer política isolada ou erro percebido. Além disso, em parte devido à sua transformação de ser visto principalmente como vice-presidente para ser considerado principalmente candidato à presidência, as avaliações de Gore como líder forte e independente que coloca os interesses nacionais acima dos pessoais aumentaram significativamente com seu discurso na convenção e permaneceram em níveis superiores aos da primavera.

CONCLUSÕES

Apesar da pouca importância dada pelo público à política externa e das reduzidas diferenças de política externa entre os partidos Democrata e Republicano desde o final da Guerra Fria, o público leva em conta os valores, a competência e as capacidades de administração de crises dos candidatos à presidência.

Neste contexto, as gafes de política externa podem assumir importância desmedida. Algumas gafes não têm necessariamente maior peso que as posições políticas ou erros sobre questões domésticas mas, em uma corrida acirrada como a campanha de 2000, elas podem fazer diferença crucial no resultado. Quaisquer erros de política externa por qualquer dos candidatos em seus debates ou declarações, ou em quaisquer crises antes das eleições, terá maior importância que os erros cometidos anteriormente na campanha, quando o público estava menos atento. Até o momento, a equação da política externa tem trabalhado em favor de Gore, mas ainda permanece a observar-se se este será ainda o caso no dia da eleição. ●

A COBERTURA DAS QUESTÕES DE POLÍTICA EXTERNA NA CAMPANHA 2000 PELOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Wesley G. Pippert

Diretor, Programa Washington da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Missouri



A cobertura das questões de política externa pelos meios de comunicação na campanha para as eleições presidenciais é importante, não apenas por poder influenciar a forma como os cidadãos votam, mas também porque ela serve para "informar os cidadãos para ajudar a estabelecer a agenda para discussões públicas", afirma Wesley G. Pippert, diretor do Programa Washington da Faculdade de Jornalismo da Universidade de Missouri e que trabalhou por cerca de trinta anos como repórter da United Press International, incluindo três anos no Oriente Médio. É claro, afirma ele, que ambos os candidatos e os meios de comunicação na campanha eleitoral de 2000 "deverão prestar maior atenção ao cenário internacional".

A cobertura das questões de política externa pelos meios de comunicação durante a campanha eleitoral para presidente de 2000 tem sido incompleta. Os próprios candidatos são parcialmente responsáveis por não discutirem as questões; os meios de comunicação, entretanto, não pressionaram os candidatos para falarem sobre o assunto.

Existem três formas em que as questões tipicamente ganham divulgação durante as campanhas eleitorais. Primeiramente, as campanhas dos candidatos emitem declarações de posicionamento sobre diversas questões, embora elas possam receber atenção restrita dos meios de comunicação, com exceção dos tópicos "quentes". Em segundo lugar, um candidato pode ter a oportunidade de uma discussão profunda de um tópico controverso, o que gera cobertura dos meios de comunicação. O público provavelmente recebe a maior análise da capacidade de um candidato de lidar com assuntos de política externa, entretanto, a partir de observações espontâneas para os meios de comunicação em encontros públicos, como entrevistas coletivas ou debates.

A cobertura das campanhas eleitorais pelos meios de comunicação é importante, não para influenciar os cidadãos sobre como votar (uma noção popular do poder da imprensa que é mais mito que realidade) mas para informar os cidadãos e ajudar a estabelecer a agenda para discussão pública. Portanto, quando a

cobertura dos meios de comunicação é esparsa ou distorcida, o eleitorado deposita seus votos com base em conhecimentos limitados ou talvez possa afastar-se das urnas como um todo.

Aparte da cobertura de questões controversas, a cobertura profunda das agendas de política externa dos candidatos pelos meios de comunicação na campanha eleitoral para presidente de 2000 tem sido a exceção, e não a regra. Em um dos poucos programas em rede que abordaram essas questões, a Cable News Network (CNN) dedicou uma parte do seu noticiário noturno de 18 de agosto aos aspectos de política externa da campanha. O programa chamou a atenção para o fato de que os republicanos dedicaram uma noite inteira durante sua convenção nacional a questões internacionais, enquanto os democratas mal mencionaram essas questões na sua convenção. O ex-senador democrata Jim Sasser do Tennessee, que também trabalhou como embaixador na China, foi citado ao dizer que os eleitores poucas vezes depositam votos com base em questões internacionais, a menos que exista uma guerra ou crise em desenvolvimento.

Confirmando a visão de Sasser, a política externa teve grande presença no noticiário das campanhas anteriores — a campanha Kennedy-Nixon de 1960, em que as ilhotas asiáticas de Quemoy e Matsu foram muito debatidas, a campanha Johnson-Goldwater de 1964, em que o envolvimento norte-americano no Vietnã era

uma questão importante, e a campanha Carter-Reagan de 1980, que ocorreu durante a crise dos reféns norte-americanos no Irã.

Além do programa da CNN, houve, é claro, outras exceções nesta campanha. The New York Times, em seu principal editorial de sete de agosto, afirmou que havia "claras e importantes diferenças" entre o vice-presidente Al Gore e o governador George W. Bush sobre política externa. The Washington Post, em seu principal editorial de primeiro de setembro, afirmou: "É encorajador observar a campanha presidencial movendo-se em direção a um debate sobre política externa, prontidão das forças armadas e o papel dos Estados Unidos no mundo. Estas são questões que receberam muito pouca atenção." Mas, com o final da Guerra Fria e o não surgimento de nenhum conflito com uma superpotência, os candidatos e os meios de comunicação estão, em sua maioria, prestando pouca atenção às questões de política externa.

Durante a preparação para este artigo, pesquisei o período entre o colapso das conversações de paz no Oriente Médio em Camp David no final de julho e o Dia do Trabalho (a primeira segunda-feira de setembro). A pesquisa (conduzida utilizando-se os resumos do arquivo de noticiários televisivos da Universidade Vanderbilt) examinou até que ponto as questões de política externa foram cobertas pelo New York Times e pelo Washington Post; pelas três revistas semanais de informação; e pelos noticiários noturnos das quatro principais redes de televisão, incluindo o notável "Nightline", da ABC. Os resultados demonstraram que, dentre as redes, a CNN havia de longe transmitido mais notícias internacionais, mas raramente a CNN exibiu comentários de Gore ou Bush sobre essas notícias. Dos meios impressos examinados, a Associated Press apresentou a cobertura mais extensa do cenário internacional.

Selecionei este período deliberadamente. Normalmente, o período julho/agosto é um período noticioso calmo em Washington, mas não foi esse o caso em 2000. As conversações de Camp David estavam se realizando, tanto o Partido Republicano como o Democrata realizaram suas convenções nacionais em agosto e o Dia do Trabalho marca o início tradicional da campanha presidencial nos Estados Unidos. Este período

forneceu, portanto, abundantes oportunidades para que os meios de comunicação e os candidatos discutissem questões de política externa.

Eles raramente o fizeram. Houve apenas discussões completas sem frequência de questões de política externa e sua importância. Ocasionalmente, e geralmente tão só na forma de fragmentos, os meios de comunicação discutiram as credenciais dos candidatos para conduzir a política externa e suas opiniões sobre esses assuntos.

Não foi por falta de oportunidade. Havia diversos assuntos que clamavam a cobertura de Bush e Gore e suas posições pelos meios de comunicação.

As conversações de Camp David sobre o futuro do Oriente Médio, questão a que o próximo presidente certamente necessitará dar continuidade, fracassou na semana de 23 de julho. Na esteira do colapso, os israelenses e palestinos culpavam uns aos outros pelo fracasso; o presidente Clinton elogiava o primeiro ministro Ehud Barak e sugeria que ele devesse apoiar a mudança da embaixada norte-americana de Tel-Aviv para Jerusalém. O Times, o Post, as redes de televisão e as revistas jornalísticas dedicaram freqüentes reportagens à questão durante o final de julho e todo o mês de agosto. Mas em nenhum momento os meios de comunicação obtiveram de Bush ou Gore suas opiniões sobre Camp David ou as tensões subsequentes, ou como eles teriam tratado a situação. Posteriormente, apenas a AP comparou as posições de Bush e Gore sobre o Oriente Médio (em um despacho de seis de setembro), incluindo as opiniões dos candidatos sobre as conversações de paz, a situação na Síria e no Líbano e se a embaixada norte-americana deveria ser transferida para Jerusalém.

Na mesma semana do colapso das conversações de Camp David, Bush nomeou Richard Cheney como seu parceiro na disputa. Cheney, o general aposentado Colin Powell e a ex-reitora da Universidade Stanford Condoleezza Rice, principal conselheira de política externa de Bush, fizeram discursos sobre política externa durante a Convenção Republicana. Foi uma excelente oportunidade para aprender como esse trio, que provavelmente formaria a equipe de segurança nacional mais próxima de Bush, lidaria com eventos

mundiais. Cheney havia sido secretário da Defesa durante a Guerra do Golfo uma década atrás, enquanto Powell havia sido presidente da Junta de Chefes de Equipe. Acredita-se largamente que Powell seria secretário de Estado em um gabinete de Bush e Rice seria conselheira de Segurança Nacional.

Novamente, entretanto, a cobertura noticiosa foi esparsa. Muitos dos meios de comunicação ressaltaram resumidamente o voto de Cheney em 1986 contra as sanções impostas à África do Sul do apartheid. "Newsweek", na sua edição de sete de agosto, em três longos artigos sobre Cheney, também referiu-se a ele como a "oposição declarada às sanções norte-americanas contra o Irã", bem como sua oposição anterior a sanções econômicas contra a África do Sul. Sobre Powell e Rice, sua cobertura centralizou-se no fato de serem afro-americanos e não em suas posições políticas. Na sua principal reportagem de dois de agosto, o "New York Times" observou que: "Ao longo de todos os seus elogios aos atributos pessoais do Sr. Bush, (o senador John) McCain e a Sra. Rice disseram pouco sobre políticas ou países específicos." A Reuters incluiu no seu despacho de 14 de agosto sobre a visita de Rice a Israel após a convenção que ela afirmou aos israelenses que Bush daria continuidade à liderança de Clinton para incrementar a paz no Oriente Médio. Nenhum dos meios de comunicação norte-americanos veiculou a notícia ou especulou sobre o propósito e a conveniência da sua visita.

A cobertura das agendas de assuntos externos descritas nas plataformas partidárias pelos meios de comunicação foi igualmente magra. A cinco parágrafos do final do seu longo artigo sobre a plataforma do Partido Republicano, o "New York Times" informou que os republicanos acusaram o governo Clinton de conduzir crises erroneamente, desde os Bálcãs até o México, e veiculou forma apropriada a resposta do partido de Gore de que os republicanos estavam se voltando para o isolacionismo. O "Post" informou em um parágrafo que Bush havia prevalecido sobre os conservadores que acreditavam que uma política de "paz através da força" não era suficientemente ressaltada na plataforma do Partido Republicano. Em 16 de agosto, o "Post" comparou as duas plataformas, relacionando seis "questões fundamentais" e a política externa não era uma delas. Em uma exceção notável relacionada, a AP conduziu dois despachos comparando as posições de

Gore e Bush sobre o Oriente Médio e o Hemisfério Ocidental.

Mas houve muitas outras questões regionais (como as conversações entre as Coreias do Norte e do Sul, a disputa entre a Índia e o Paquistão sobre a Caxemira, a guerra das drogas na Colômbia e a segurança das embaixadas norte-americanas) sobre as quais Gore e Bush tiveram pouco a dizer publicamente, ou houve pouca cobertura dos seus comentários pelos meios de comunicação. No seu principal editorial de dois de agosto, intitulado "Meia Política Externa", o "Post" questionou: "O Sr. Bush está realmente indiferente à possibilidade da Índia, China e Rússia poderem em breve sofrer taxas de infecção de HIV próximas às da África? Ele tem um plano de combate ao aquecimento global?" O jornalista e colunista de política externa do "Washington Post", Jim Hoagland, um dos poucos repórteres que seguiam pressionando Gore e Bush em busca de afirmações específicas, perguntou em sua coluna de quatro de agosto o que Bush e Gore fariam sobre o futuro das missões internacionais de manutenção da paz; talvez uma das principais questões que o novo presidente terá que lidar.

Talvez a questão a que os candidatos prestaram mais atenção durante este período foi a prontidão militar; e parece provável que continuará desta forma durante o resto da campanha. Ao aceitar a nomeação para vice-presidente em dois de agosto, Cheney acusou Clinton e Gore de estenderem os comprometimentos militares dos Estados Unidos, exaurindo o poderio militar norte-americano. No dia seguinte ao seu discurso de aceitação, Bush seguiu criticando a prontidão militar dos Estados Unidos. O "The New York Times" e o "Washington Post" cobriram os dois discursos com as mesmas referências relativamente resumidas que os candidatos dedicaram à questão.

Um dos maiores conflitos entre os candidatos sobre política externa eclodiu no final de agosto, quando o presidente eleito do México Vicente Fox visitou os Estados Unidos e reuniu-se com Gore, em Washington, e Bush, no Texas. O "Post" informou que Bush buscava laços mais fortes com a América Latina; Gore respondeu que o governo Clinton havia assinado 270 acordos comerciais com países da região. O "Times", em matéria de primeira página no dia 26 de agosto, afirmou que Condoleezza Rice acusou Clinton e Gore

de não haverem consolidado o progresso na forma de paz, democracia ou comércio que estava em processo na região em 1992, quando eles foram eleitos. Os auxiliares de Gore responderam que o governo havia promovido esforços vitoriosos para encerrar a violência no Equador, Peru e Guatemala, e que havia fornecido ajuda financeira ao México e ao Brasil durante suas crises monetárias.

Embora as questões de política externa tenham sido ocasionalmente noticiadas durante esta campanha eleitoral para presidente, é claro que os dois candidatos e os meios de comunicação deveriam estar prestando maior atenção ao cenário internacional. Como concluiu Hoagland, do "Post", em sua coluna de 13 de agosto: "O mundo estará assistindo a esta campanha com intenso interesse e preocupação... Os candidatos e eleitores necessitam também assistir ao mundo". ●

O QUE DIZEM AS PESQUISAS: QUESTÕES PREOCUPANTES PARA OS ELEITORES NORTE-AMERICANOS

*Alvin Richman, Especialista Sênior em Pesquisas
Escritório de Pesquisas, Departamento de Estado dos Estados Unidos*

Como é normal em tempos de paz, e na ausência da Guerra Fria, o público norte-americano dedica atualmente prioridade maior à resolução de problemas domésticos dos Estados Unidos, especialmente sociais. Ao mesmo tempo, a maior parte dos norte-americanos segue apoiando o envolvimento ativo dos Estados Unidos no exterior, especialmente na redução das ameaças das armas nucleares, terrorismo internacional e tráfico de drogas. O apoio ao envolvimento internacional é fortalecido pela crença por parte da maioria dos norte-americanos de que os Estados Unidos são afetados ao menos parcialmente pelos conflitos e pelas crises econômicas e ambientais que têm lugar em outras partes do mundo.

QUESTÕES CONSIDERADAS MAIS IMPORTANTES NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

A condução da economia nacional e o tratamento de questões sociais (especialmente, educação, saúde e previdência social) são considerados os principais critérios na eleição presidencial. Cerca de 70 a 75% do público os considera muito importantes nas recentes pesquisas (ABC/Washington Post, quatro a seis de setembro; Gallup, 25 a 26 de julho). Uma segunda série de objetivos inclui a administração do orçamento federal, política de impostos, condução da criminalidade, manutenção da defesa nacional, proteção do meio ambiente e condução de assuntos externos (cerca de 55 a 65% os considera muito importantes). A condução do comércio externo, a questão do aborto, a nomeação dos juizes da Corte Suprema e a reforma do financiamento de campanhas são considerados critérios menos importantes na eleição presidencial (cerca de 30 a 45% os considera muito importantes).

Os problemas mais importantes de política externa

As pesquisas sobre questões específicas de política externa têm sido escassas ao longo desta campanha eleitoral. No ano passado, o Centro de Pesquisa Pew (março de 1999) questionou a prioridade (de "não prioritário" a "alta prioridade") que os Estados Unidos deveriam conceder às diversas questões de política externa. No topo da lista estavam duas questões de proliferação de armas nucleares (Coreia do Norte e Índia/Paquistão) e a redução do terrorismo internacional e tráfico de drogas (cerca de 75% concederam "alta prioridade" a essas questões). Cerca de 60% concederam alta prioridade à proteção do meio ambiente global, manutenção de um sistema financeiro internacional estável, "expulsão da Saddam Hussein do Iraque" e monitoramento rigoroso "do desenvolvimento da China como potência mundial". Foram considerados de prioridade um pouco inferior a condução de questões comerciais, promoção de direitos humanos em geral, término do conflito étnico nos Bálcãs e a viabilização de um acordo de paz entre árabes e israelenses (cerca de 40% de "alta prioridade").

APOIO PARA O PAPEL ATIVO DOS ESTADOS UNIDOS NO EXTERIOR SOBREVIVE AO FINAL DA GUERRA FRIA

Cerca de dois terços do público norte-americano continuam a desejar que os Estados Unidos "tomem parte ativa" em assuntos mundiais (média de 65% em duas pesquisas do Gallup em 1999), ao invés de "abster-se" de assuntos mundiais (31%). O apoio para um papel geralmente ativo dos Estados Unidos no exterior tem sido razoavelmente estável desde que começaram estas avaliações há cerca de 50 anos, variando pouco entre baixas de cerca de 60% que desejam que os Estados Unidos "tomem parte ativa" em assuntos mundiais até picos de cerca de 80% (imediatamente em seguida à Guerra do Golfo Pérsico,

por exemplo). O nível atual de apoio é similar ao nível médio sobre esta questão obtido em mais de quarenta pesquisas entre 1945 e 1998 (66%).

De forma similar, o Centro de Pesquisa Pew (em março de 1999) concluiu que, em média, 68% apóiam uma posição internacionalista sobre três questões, em comparação com uma média de 24% em favor de uma posição isolacionista (de não envolvimento). Isto inclui uma maioria de 65-26% que concordaram com a afirmação: "Os Estados Unidos devem cooperar totalmente com as Nações Unidas". A análise desta e de outras pesquisas indica que a maioria de dois terços de norte-americanos que apóiam um papel ativo e cooperativo dos Estados Unidos no exterior consiste de dois grupos: cerca de um terço do público apóia um papel de liderança relativamente agressivo, com os Estados Unidos sendo a mais ativa das nações líderes. Aproximadamente outro terço prefere um papel mais limitado no exterior, com os Estados Unidos compartilhando mais ou menos igualmente a liderança com outros países importantes.

As elites dos Estados Unidos apóiam firmemente o papel de liderança ativa dos Estados Unidos

Virtualmente todos os líderes norte-americanos em diversas organizações privadas e governamentais nos últimos anos vêm afirmando continuamente que apóiam a participação ativa dos Estados Unidos em assuntos mundiais (cerca de 96% e 98% em seis pesquisas do Gallup para o Conselho de Relações Externas de Chicago entre 1978 e 1998). Outras pesquisas demonstraram que cerca de dois terços das elites apóiam um papel agressivo de liderança dos Estados Unidos no exterior, com os Estados Unidos sendo a mais ativa entre as nações líderes, em comparação com cerca de um terço do público que apóia este papel. As elites também são mais inclinadas que o público a apoiar ações unilaterais dos Estados Unidos em crises, quando os líderes julgam importante agir mas sem o apoio dos nossos aliados: 44% das elites norte-americanas apóiam (contra 48% que se opõem) ações unilaterais dos Estados Unidos, se necessário, em uma crise, em comparação com apenas 21% do público que apóiam (contra 72% que se opõem) ações unilaterais nesse caso (Gallup/Conselho de Chicago, 1998).

O apoio do público à intervenção norte-americana no exterior tem sido geralmente maior quando as missões foram descritas como sendo de natureza multilateral, e não unilateral. A maior parte dos norte-americanos vem normalmente desejando utilizar as forças armadas norte-americanas unilateralmente para a defesa de interesses vitais dos Estados Unidos ou organizar ações humanitárias e anti-terrorismo de custo relativamente baixo. A maioria apóia o envolvimento norte-americano em missões de manutenção de paz, mas normalmente tem exigido que estas fossem parte de um esforço multilateral.

Como exemplo, 57% do público acreditou que os Estados Unidos, de forma geral, devam desejar "ser parte de uma força internacional de manutenção da paz das Nações Unidas em partes do mundo com problemas", em comparação com 20% que afirmaram que "devemos deixar este trabalho para outros países". Uma minoria significativa (16%) afirmou que a participação dos Estados Unidos deverá "depende das circunstâncias" (Gallup/Conselho de Chicago, 1998). O apoio a um envolvimento específico dos Estados Unidos dependeria de fatores situacionais específicos (como, por exemplo, ameaça percebida, importância da região ou país ameaçado, expectativas de cumprimento da missão com os meios disponíveis), bem como a reação geral em relação ao envolvimento internacional dos Estados Unidos.

Percepção de interdependência justifica o apoio para papel ativo no exterior

Mais de quatro quintos do público acreditam que os Estados Unidos são afetados grandemente (51%) ou pelo menos um pouco (36%) por "guerras e inquietações em outras partes do mundo", em comparação com apenas um em dez que acha que os Estados Unidos sofrem pouca ou nenhuma consequência de tais eventos. Quase o mesmo número de norte-americanos acredita que "práticas ambientais" (46%) e "condições econômicas" (44%) em outros países têm muito impacto sobre os Estados Unidos (Instituto Aspen/Belden Associates, janeiro e fevereiro de 2000). ●

PLATAFORMAS: COMO OS PARTIDOS DEFINEM SUAS POSIÇÕES POLÍTICAS

Ralph Dannheisser, Editor Colaborador

As plataformas adotadas nas convenções dos partidos políticos norte-americanos tiveram uma função consistente ao longo dos anos: destacar o que o partido defende em linguagem em que, esperamos, todos os seus candidatos na próxima campanha eleitoral possam acreditar.

É claro que este esforço para sermos incluídos não é um fenômeno novo; na verdade, Wendell Willkie, candidato presidencial republicano seis décadas atrás, em 1940, referiu-se às plataformas como "fusões de ambigüidade".

Apesar desses esforços para incorporar todos os pontos de vista, o trabalho de elaboração de plataformas partidárias produziu no passado disputas vivas e até mesmo iradas no salão da convenção. Assim, por exemplo, a Lei Seca (a proibição de bebidas alcoólicas pelo governo federal) provou ser uma questão contenciosa na Convenção Republicana de 1932, que nomeou Herbert Hoover. As lutas sobre plataformas de direitos civis de fato causaram abandonos irados da Convenção Democrata de 1948.

Mas, com as convenções fazendo cada vez menos trabalhos reais e, ao contrário, servindo de veículo para que os candidatos divulguem suas opiniões e busquem o apoio dos eleitores perante uma audiência televisiva em horário nobre, tal desconjuntamento foi notável pela sua ausência nos últimos anos. Novamente este ano, as plataformas partidárias e a seleção dos candidatos para presidente e vice-presidente foram resolvidas de forma eficaz, mesmo perante delegados reunidos em duas convenções (a republicana na Filadélfia e a democrata, em Los Angeles) que foram engenhosamente elaboradas para exibir o mínimo de conflito e o máximo de harmonia partidária.

As duas plataformas partidárias obtiveram aprovação do plenário sem um mínimo de argumentação, dissidência ou ostentação.

A importância ainda ligada ao documento de plataforma é objeto de alguma discórdia. Alguns observadores os desconsideraram como irrelevantes e esta opinião tem recebido crédito mesmo de alguns líderes políticos recentes. De fato, em 1996, o candidato presidencial republicano Bob Dole afirmou que ele não se sentia restringido pela plataforma do seu partido, acrescentando que "eu provavelmente concordo com a maior parte dela, mas não a li".

Mas um importante acadêmico eleitoral, Gerald Pomper da Universidade Rutgers, tem opinião totalmente diferente sobre a relevância das plataformas. "Elas sintetizam as crenças de um partido", como mencionou um recente artigo no "Los Angeles Times" como afirmação de Pomper. "À medida que elas apontam para o futuro, elas também apresentam uma declaração de para onde (os partidos) desejam ir. E então, ao chegarem ao poder, eles fazem muito da plataforma." Pomper informou que sua pesquisa, que cobriu todos os ciclos eleitorais de 1944 até 1996, concluiu que o partido vencedor implementou ao final cerca de 70% das promessas específicas contidas na sua plataforma. "Elas realmente importam", afirmou Pomper ao "Times".

Novamente este ano, os dois partidos dedicam grande espaço em suas plataformas aos assuntos externos. Em termos de total de palavras, a seção de política externa dos republicanos atinge quase duas vezes o comprimento dedicado pelos democratas.

E qual é a substância das plataformas deste ano?

Ao estabelecer o cenário de forma a ser testada pelo tempo, o partido incumbido (neste caso, os democratas) "aponta com orgulho" suas realizações no poder, enquanto os desafiantes (agora, os republicanos) "observam com preocupação" o que eles retratam como o lamentável estado a que as coisas chegaram desde que os eleitores os tiraram do poder pela última vez.

Em um tema importante, a plataforma republicana harmoniza-se com a versão dos democratas: embora os dois documentos concentrem sua ênfase principal em questões domésticas, ambos consideram papel vital a continuidade do engajamento norte-americano no mundo.

Os republicanos iniciam sua seção de política externa com uma citação otimista do seu candidato presidencial, o governador George W. Bush: "Vamos rejeitar as viseiras do isolacionismo, da mesma forma que recusamos a coroa do império. Não iremos dominar os outros com o nosso poder, nem traí-los com a nossa indiferença. E vamos ter uma política externa norte-americana que reflita o caráter norte-americano. A modéstia da força verdadeira. A humildade da real grandeza. Este é o forte coração da América. E este será o espírito da minha administração."

Antes de delinear algumas questões específicas, os autores da plataforma seguem-se à citação de Bush com uma declaração otimista estabelecida sobre os pensamentos de que "o século XXI abre-se com uma promessa única para os Estados Unidos" e que "poucas nações na História receberam oportunidade tão singular para moldar o futuro... os Estados Unidos podem ajudar a moldar ideais e instituições internacionais ao longo das próximas décadas".

O documento democrata menciona o que considera realizações do governo Clinton no avanço da paz e da democracia em todo o mundo, desde Kosovo e o Oriente Médio até o Haiti e a Irlanda do Norte, ressaltando ainda os esforços para reduzir os arsenais nucleares da Rússia e fortalecer e expandir a OTAN.

Mas, prossigue ele, "agora não é o momento de soar os trompetes da vitória. Na esteira da Guerra Fria, os Estados Unidos entraram em uma nova Idade Global que está alterando nossos desafios de segurança e criando questões inteiramente novas... Atualmente, tanto para o bem como para o mal, nosso destino e os destinos de bilhões de pessoas em todo o mundo estão cada vez mais interligados e os desafios domésticos e internacionais estão mais unidos que nunca".

"O Partido Democrata reconhece que a globalização continuará moldando o nosso futuro. Também

acreditamos que os Estados Unidos possuam os meios e a responsabilidade de moldar a globalização de forma que reflita as necessidades e os valores do povo norte-americano."

Aqui estão outros pontos importantes das plataformas dos dois partidos, à medida que lidam com assuntos internacionais:

OS REPUBLICANOS

Na melhor tradição da abordagem de "observação preocupada" adotada pelo partido fora do poder, o capítulo de mais de 11.000 palavras dos republicanos sobre assuntos externos (intitulada "Os Princípios da Liderança Norte-Americana") segue-se logo após os parágrafos otimistas de abertura com a condenação das políticas do atual governo democrata pelo lado oposto.

"Nos últimos oito anos, o governo (Clinton) desperdiçou a oportunidade concedida aos Estados Unidos pela coragem e sacrifício das gerações anteriores", começa a acusação.

De forma alinhada com um tema enraizado ao longo de toda a campanha, o governo é considerado como tendo "conduzido as defesas dos Estados Unidos por toda a década através de recursos inadequados, compromissos promíscuos e ausência de uma estratégia militar de longo prazo". Enquanto isso, de acordo com os republicanos, "a arrogância, a inconsistência e a inconfiabilidade da diplomacia do governo prejudicaram as alianças norte-americanas, alienaram amigos e incentivaram nossos adversários".

E o que há para ser feito a respeito? "Um presidente republicano identificará e buscará os interesses nacionais vitais dos Estados Unidos... Sob a sua liderança, os Estados Unidos estabelecerão e defenderão a paz. Os republicanos sabem o que é necessário para atingi-la: vigorosas forças militares, fortes alianças, expansão do comércio e diplomacia resoluta." Com respeito especificamente à defesa, os republicanos propõem-se a restaurar a prontidão militar destruída, "transformando, ao mesmo tempo, as capacidades de defesa dos Estados Unidos para a era da informação, assegurando que as forças armadas norte-americanas permaneçam soberanas em meio aos perigos emergentes".

Com respeito à ameaça interposta pelos mísseis balísticos, "os Estados Unidos necessitam desenvolver defesas eficientes contra mísseis, com base na avaliação das melhores opções disponíveis, que incluem as baseadas no mar, o mais rápido possível." E, ressalta o documento, um governo Bush "buscaria uma mudança negociada do Tratado contra Mísseis Balísticos (ABM) que permita ao Estados Unidos a utilização de todas as tecnologias e experiências necessárias para desenvolver fortes defesas contra mísseis".

A plataforma reafirma a oposição republicana ao Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares, "outro anacronismo do pensamento estratégico obsoleto" que "não é verificável, nem obrigatório, e que não permitiria aos Estados Unidos assegurar a confiabilidade do impedimento nuclear norte-americano".

Mudando para questões econômicas, os autores da plataforma prometem uma política comercial baseada em mercados mundiais abertos, que prevê "encorajamento, e não repressão, da iniciativa privada pelos governos". Eles recomendam que as instituições financeiras internacionais existentes, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, sejam "inspeccionadas" para redefinição das suas missões, "mas não descartadas".

A plataforma prossegue abordando questões de política externa de cada região, começando com o que denomina "a vizinhança das Américas", prometendo relações próximas com as principais democracias, como a Argentina, Brasil, Chile "e, acima de tudo, o México". As relações com Cuba, por outro lado, não serão expandidas até que o governo daquele país restaure as liberdades civis; até então, ele promete "ativo apoio norte-americano aos dissidentes cubanos".

Na Oceania, os republicanos postulam a fortificação da aliança com o Japão, esforços para deter agressões na península coreana, promoção da paz no Estreito de Taiwan e um esforço para "obter a maior prestação de contas possível" sobre prisioneiros de guerra e desaparecidos em ação "nas guerras do Pacífico". Um governo republicano, afirmam, "compreenderia a importância da China, mas não coloca a China no centro da sua política asiática".

Os autores da plataforma declaram que a segurança dos Estados Unidos é "inseparável da segurança da Europa" e conclamam "uma OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) que seja forte, coesa e ativa", com maior participação orçamentária dos aliados europeus. A ampliação da OTAN deverá continuar e "a Rússia nunca deverá receber um veto sobre a ampliação".

Com relação ao Oriente Médio, os republicanos estabelecem quatro prioridades: "Primeiramente, desejamos promover e manter a paz em toda a região. Em segundo lugar, devemos assegurar que Israel permaneça a salvo e seguro. Em terceiro lugar, devemos proteger nossos interesses econômicos e assegurar o fluxo confiável de petróleo do Golfo Pérsico. E, em quarto lugar, devemos reduzir a ameaça de armas de destruição em massa na região".

Argumentando que "talvez em nenhum outro ponto a herança do governo republicano tenha sido tão faticamente desperdiçada como com relação ao Iraque", o documento promete que "um novo governo republicano reconstruirá pacientemente uma coalizão internacional em oposição a Saddam Hussein e comprometida com a ação conjunta".

O documento reconhece que "os republicanos não ignorarão os desafios da África", prometendo especificamente esforços para "promover a democracia, as boas formas de governo... e a prevenção e resolução de conflitos". Os republicanos se empenhariam em ajudar o continente a atingir seu potencial econômico, "implementando medidas para a redução das barreiras comerciais".

Com respeito às Nações Unidas, os republicanos indicam sua intenção de dar continuidade à participação na organização, mas levantam diversas advertências. "As tropas norte-americanas nunca devem servir sob comando das Nações Unidas", afirma, "nem serão submetidas à jurisdição de um Tribunal Criminal Internacional". Além disso, os Estados Unidos "pagarão uma parcela justa, e não desproporcional, de obrigações às Nações Unidas depois que seja reformada sua administração e tomadas medidas para eliminar o desperdício, fraude e abusos" e "não financiarão organizações envolvidas com o aborto".

Em um capítulo sobre o terrorismo, crime internacional e ameaças "on-line", os autores da plataforma argumentam que "em nenhum outro setor o governo tem sido mais tímido na proteção dos interesses nacionais dos Estados Unidos que no ciberespaço". Eles afirmam que um governo republicano "trabalharia em conjunto com nossos parceiros internacionais e o setor privado" para reduzir "a vulnerabilidade norte-americana ao espectro de ameaças 'on-line', desde o 'hacker' adolescente que lança um vírus contagioso de computador até a ameaça mais avançada da guerra de informações estratégicas".

OS DEMOCRATAS

Enquanto a plataforma republicana está organizada principalmente em segmentos geográficos, a versão democrata discorre em linhas temáticas. Assim, ela detalha os pensamentos e propostas do partido em oito áreas temáticas: paz, neutralização das forças que causam caos e instabilidade, transformação das forças armadas, fechamento dos portões da guerra, engajamento dos antigos inimigos, prevenção de novas ameaças físicas e busca de oportunidades.

Sua dupla intenção é de enaltecer a abordagem de política externa do presidente Clinton que, segundo eles, "trouxe paz e segurança aos norte-americanos e a milhões de pessoas amantes da liberdade em todo o mundo" e determinar que um governo Gore-Lieberman continuaria nos mesmos moldes de Clinton-Gore.

O capítulo da plataforma intitulado "Paz" ressalta a implementação de "uma nova estratégia de Engajamento para o Futuro, para orientar nossa conduta em todo o mundo". Ele descreve esta estratégia como envolvendo "o tratamento de problemas no início do seu desenvolvimento, antes que se tornem crises, abordando-os na fonte do problema ao máximo possível, tendo as forças e recursos para lidar com essas ameaças o mais rápido possível após sua emergência".

"O Engajamento para o Futuro significa direcionar as três fontes principais de poder nos Estados Unidos (a força militar; uma economia vibrante e em crescimento e um sistema político livre e democrático) para fazer avançar nossos objetivos em todo o mundo", prossegue a declaração de plataforma.

Rejeitando o que caracterizam como crenças norte-americanas de que "os Estados Unidos devem voltar as costas para o mundo" e deixar de utilizar suas forças armadas "como parte de soluções internacionais, mesmo quando os conflitos regionais ameacem nossos interesses e nossos valores", os democratas convocam um engajamento amplo em assuntos mundiais que inclua "o atendimento de novos desafios, como o crime e o terrorismo internacional, a degradação ambiental e o combate a doenças pandêmicas".

Ao abordar o que denomina "as forças que provocam caos e instabilidade", a plataforma democrata concentra-se em três questões: o rompimento do sistema ecológico mundial, as epidemias globais e o crime organizado e as drogas. Com relação à ecologia, a plataforma do partido ressalta a ratificação pelos Estados Unidos dos Protocolos de Kyoto, negociados em 1997, que estabelecem uma estrutura para reduzir as emissões do chamado efeito estufa "de forma ambientalmente forte e economicamente adequada". Sobre epidemias globais, ela convoca os Estados Unidos a assumirem a liderança na quantidade de programas elaborados com o propósito de combater o HIV/AIDS em "uma campanha global para derrotar esta ameaça". E, sobre a guerra contra drogas ilícitas, ela ressalta uma abordagem que combine a interdição e a execução com "fortes investimentos em formas alternativas (para os fazendeiros das nações produtoras de drogas) de ganhar a vida".

Em notável contraste com os republicanos, os democratas expressaram a opinião de que as forças armadas norte-americanas são atualmente "as forças de combate mais bem treinadas, mais bem equipadas, mais capazes e de maior prontidão do mundo" e que, de fato, o governo Clinton "reverteu um declínio dos gastos com defesa iniciados com o presidente Bush". Eles reivindicam maiores aumentos de pagamento e benefícios para as tropas norte-americanas.

O capítulo da plataforma intitulado "Fechando os Portões da Guerra" descreve o histórico das iniciativas do governo Clinton destinadas a trazer a paz entre Israel, de um lado, e a Jordânia e os palestinos, do outro; os partidos em luta na Irlanda do Norte; Grécia e Turquia; Armênia e Azerbaijão; Peru e Equador; e os oponentes na Guatemala e em diversos países africanos. Ele menciona os esforços de pacificação com relação a

conflitos entre as Coreias do Norte e do Sul e entre a China e Taiwan, e promete esforços contínuos e vigorosos para solucionar as diferenças entre a Índia e o Paquistão.

Nos Bálcãs, a plataforma sustenta que "o governo Clinton-Gore pôs fim à limpeza étnica na Bósnia e em Kosovo" através do uso da força militar e da diplomacia. Ela acusa o Partido Republicano: "Após haver se oposto em primeiro lugar aos esforços do governo para restaurar a paz na região, agora tenta impedir os esforços do governo para reconstruir as sociedades abaladas".

Voltando ao tópico de "Engajamento dos Antigos Inimigos", os democratas prometem concentrar esforços no projeto de novas relações com a Federação Russa e a China; esforços que eles reivindicam haver sido "continuamente submetidos a toda forma de embaraço e ataque por parte dos republicanos".

Com respeito ao "Aumento das Alianças Existentes", a plataforma declara que a segurança e estabilidade na Europa são "fundamentais para os interesses de segurança nacional dos Estados Unidos" e promete parceria contínua com a União Européia e trabalho contínuo para tornar a Organização do Tratado do Atlântico Norte "ainda mais forte, de forma a aumentar a estabilidade, promover a prosperidade e fomentar a democracia em toda a Europa". Um governo Gore seria favorável à ampliação adicional da OTAN, indica a plataforma. Além disso, o capítulo conclama o fortalecimento das alianças na Ásia (com o Japão e a Coreia do Sul) e com os países da América Latina.

O capítulo da plataforma sobre "Prevenção de Novas Ameaças Físicas" reivindica aumento das defesas contra a proliferação de armas convencionais e não convencionais e promete que Gore, se eleito presidente, submeteria novamente e de imediato ao Senado o

Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares que foi rejeitado anteriormente. Ele promete contínua vigilância nos casos do Irã e Iraque e permanente e estrita cooperação com Israel no desenvolvimento e desdobramento de novos sistemas de armas.

Os democratas rejeitam os esforços republicanos em construir o que denominam "um sistema de defesa contra mísseis não provado, de alto custo e mal concebido que nos lançaria em uma nova corrida armamentista" e declaram que qualquer sistema enfim desenvolvido deve ser "compatível com o Tratado Anti-Mísseis Balísticos". E eles apóiam esforços agressivos de luta contra o terrorismo, sejam eles financiados por nações ou por indivíduos fanáticos, assegurando no processo "a proteção das liberdades civis de todos os norte-americanos".

A América Latina e o Caribe são descritos como "ponto central dos nossos esforços" para a promoção do desenvolvimento econômico, estabilidade e prosperidade em um capítulo de conclusão intitulado "Semeando Oportunidades". Mas também são necessários esforços contínuos na Ásia, Oriente Médio e África, onde "a paz e a prosperidade... somente serão possíveis quando estas regiões estiverem totalmente integradas na economia global". A fim de reverter "a distância cada vez maior entre as nações ricas e pobres", ressalta a plataforma, Gore e os democratas "defendem o perdão da dívida das nações mais pobres do mundo".

©

O CANDIDATO PRESIDENCIAL REPUBLICANO GEORGE W. BUSH CHINA E RÚSSIA — PODERES EM TRANSIÇÃO

Duas das maiores potências eurasiáticas — China e Rússia — "são potências em transição e é difícil conhecer suas intenções quando elas não conhecem seus próprios futuros", afirma o governador George W. Bush. No que talvez seja o mais conhecido discurso de política externa da sua campanha, Bush declarou a uma audiência na Biblioteca Presidencial Ronald Reagan em Simi Valley, na Califórnia, em 19 de novembro de 1999, que, se a China e a Rússia "tornarem-se amigas dos Estados Unidos, essa amizade estabilizará o mundo. Mas, se não for assim, a paz que buscamos não será encontrada". Encontram-se a seguir trechos da declaração (o texto completo está disponível no "web site" de Bush/Cheney no endereço: <http://www.georgewbush.com/News.asp?FormMode=SP>)

DEFESA

Mesmo nesta época de orgulho e esperança, os Estados Unidos possuem determinados inimigos, que odeiam nossos valores e invejam nosso sucesso: terroristas, sindicatos do crime, cartéis da droga e ditadores desequilibrados. O Império passou, mas o mal continua.

Devemos proteger nossa pátria e nossos aliados contra mísseis, terrorismo e embargos. Necessitamos restaurar o ânimo das nossas forças armadas, dissipado pela redução de recursos e multiplicação de missões, com melhor treinamento, melhor tratamento e melhores soldos. E necessitamos dominar a nova tecnologia de guerra, para estender nossa influência pacífica, não apenas em todo o mundo, mas por muitos anos.

Na defesa da nossa nação, um presidente deve ser realista e perspicaz. Existem limites para os sorrisos e olhares zangados da diplomacia. Os exércitos e os mísseis não são paralisados por notas formais de condenação. Eles são postos em xeque pela força e pelo propósito e promessa de rápida punição.

DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

O poderio militar não é a medida final do poder. Nosso realismo deve dar lugar ao espírito humano. Este espírito, na nossa época, fez com que ditadores temessem e impérios caíssem. E ele deixou uma honrosa lista de coragem e idealismo: Scharansky, Havel, Walesa, Mandela. A força mais poderosa do mundo não são as armas ou uma nação, mas a verdade:

que somos seres espirituais e que a liberdade é "o direito da alma a respirar".

Nos dias de trevas de 1941 (o pior momento da nossa épica moderna), houve cerca de doze democracias sobreviventes no planeta. Ao entrarmos em um novo século, existem perto de 120. Existe direcionamento nos eventos, uma corrente em nossa época. "Acreditem nisto", afirmou Edmund Burke. "Os amantes da liberdade serão livres." Os Estados Unidos valorizam esta liberdade, mas não somos os donos dela. Valorizamos as estruturas elegantes da nossa própria democracia, mas entendemos que, em outras sociedades, a arquitetura terá variações. Propomos nossos princípios, mas não devemos impor nossa cultura.

O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NO MUNDO

Os Estados Unidos devem estar envolvidos no mundo. Mas isto não significa que nossas forças militares sejam a resposta a qualquer situação difícil de política externa; um substituto para a estratégia. O internacionalismo norte-americano não deverá significar ação sem visão, atividade sem prioridade e missões sem fim; uma abordagem que dissipa a vontade norte-americana e drena a energia norte-americana.

A política externa norte-americana deve ser mais que a administração de crises. Ela deve ter um grande e orientador objetivo: transformar esta época de influência norte-americana em gerações de paz democrática.

Alcança-se este objetivo concentrando-se em preservar os interesses nacionais. E estas são as minhas prioridades. Um presidente norte-americano deverá trabalhar com nossos fortes aliados democráticos na Europa e na Ásia para estender a paz. Ele deverá promover um Hemisfério Ocidental totalmente democrático, unido pelo livre comércio. Ele deverá defender os interesses dos Estados Unidos no Golfo Pérsico e fazer avançar a paz no Oriente Médio, com base em um Israel seguro. Ele deve verificar a expansão contagiosa de armas de destruição de massa e os meios de seu fornecimento. Ele deve guiar-se em direção a um mundo que realize intercâmbios de liberdade. E deve buscar todos esses objetivos com convergência, força e paciência.

CHINA

O desafio surge porque duas das maiores potências eurasiáticas (China e Rússia) são potências em transição. E é difícil conhecer suas intenções quando elas não conhecem seus próprios futuros. Se elas se tornarem amigas dos Estados Unidos, esta amizade estabilizará o mundo. Caso contrário, a paz que buscamos pode não ser encontrada.

A China especificamente tomou diferentes formas em diferentes visões, em diferentes épocas. Um império a ser dividido. Uma porta a ser aberta. Um modelo de conformidade coletiva. Uma carta diplomática a ser jogada. Em um ano, afirma-se que ela é conduzida pelos "açougueiros de Pequim". Alguns anos depois, o mesmo governo considera-a um "parceiro estratégico".

Devemos observar a China claramente, não através dos filtros da postura e do partidarismo. A China está em ascensão e isto é inevitável. Aqui, nossos interesses são claros: recebemos com agrado uma China livre e próspera. Não prevemos conflito. Não desejamos ameaçar. E existem áreas em que devemos tentar cooperar: a prevenção da disseminação de armas de destruição em massa; a declaração da paz na península coreana.

A conduta do governo chinês pode ainda ser alarmante no exterior e aterrorizante no setor doméstico. Pequim vem investindo sua crescente economia em armas nucleares estratégicas... novos mísseis balísticos... uma marinha de mar aberto e uma força aérea de longo

alcance. É uma ameaça de espionagem ao nosso país. Enquanto isso, o Departamento de Estado informou que "toda a dissidência pública contra o partido e contra o governo [foi] efetivamente silenciada"; uma trágica realização em uma nação de 1,2 bilhão de pessoas. O governo da China é um inimigo da liberdade religiosa e defensor do aborto forçado; políticas sem razão e sem perdão.

Todos esses fatos necessitam ser honestamente enfrentados. A China é um concorrente e não um parceiro estratégico. Devemos lidar com a China sem má vontade, mas sem ilusões.

Da mesma forma, o regime não deve ter ilusões sobre o poderio e as intenções dos Estados Unidos. Como observou Dean Rusk durante a Guerra Fria, "não é saudável que um regime... atraia sobre si, pelo seu desrespeito à lei e conduta agressiva, a implacável oposição do povo norte-americano..."

A China reconhecerá nos Estados Unidos um parceiro comercial disposto e confiante. E com o comércio vem nosso convite permanente para o mundo da liberdade econômica. A entrada da China na Organização Mundial do Comércio é bem-vinda e isto deverá abrir também as portas para Taiwan. Mas, considerando-se o mau histórico da China ao honrar acordos, um governo forte deverá fazer valer a palavra chinesa.

Se eu for presidente, a China saberá que os valores dos Estados Unidos sempre serão parte da agenda norte-americana. Nossa defesa da liberdade humana não é uma formalidade da diplomacia, é um compromisso fundamental do nosso país. É a fonte da nossa confiança de que o comunismo, em todas as suas formas, presenciou o seu fim.

E considero o livre comércio um importante aliado no que Ronald Reagan chamou "uma estratégia futurista para a liberdade". A questão do comércio não é somente monetária, mas moral. A liberdade econômica cria hábitos de liberdade. E os hábitos de liberdade criam expectativas de democracia. Não há garantias, mas existem bons exemplos, do Chile a Taiwan. Façamos comércio livre com a China e o tempo estará do nosso lado.

RÚSSIA

A Rússia permanece como outro lembrete de que um mundo cada vez mais pacífico é também um mundo em transição. Aqui, também, necessita-se de paciência, consistência e confiança baseada nas forças democráticas.

Na amplitude da sua terra, no talento e na coragem do seu povo, na riqueza dos seus recursos e no alcance das suas armas, a Rússia é uma grande potência e deve sempre ser tratada como tal. Poucos povos sofreram mais neste século. E, embora acreditemos que o pior já passou, seus problemas não foram superados. Esta última década, para a Rússia, tem sido uma história de libertação e desapontamento.

Nossa questão mais importante é a segurança nacional do nosso país; e aqui, tanto a Rússia como os Estados Unidos enfrentam um mundo em mudanças. Ao invés de confrontarem-se entre si, enfrentam o legado de uma rivalidade ideológica morta; milhares de armas nucleares que, no caso da Rússia, podem não ser seguras. E juntos também enfrentamos uma ameaça emergente de nações nocivas, furtos nucleares e lançamentos acidentais. Tudo isto exige nada menos que um novo relacionamento estratégico para proteger a paz no mundo... Em um ato de visão e diplomacia, (os senadores Richard Lugar e Sam Nunn) concluíram que as instalações nucleares existentes na Rússia estavam em risco de serem comprometidas. Com base no programa Nunn-Lugar, a segurança em muitas instalações nucleares russas foi aprimorada e as ogivas de combate foram destruídas.

Mesmo assim, o Departamento de Energia nos avisa que nossas estimativas de estoques nucleares russos poderiam ser reduzidas em até 30%. Em outras palavras, muito material nuclear russo não pode ser contabilizado. O próximo presidente necessita pressionar em busca de um inventário preciso de todo este material. E precisamos fazer mais. Solicitarei ao Congresso que aumente substancialmente nossa assistência para dismantelar o máximo de armas russas possível, o mais rapidamente possível.

Necessitaremos ainda, entretanto, de sistemas de defesa contra mísseis, tanto em campo como nacionais. Caso eu seja comandante-chefe, eu os desenvolverei e

desenrolarei. Sob a ameaça mútua de nações nocivas, existe a real possibilidade de que os russos possam unir-se a nós e aos nossos amigos e aliados para cooperar em sistemas de defesa contra mísseis. Mas existe uma condição. A Rússia deve suspender seu perigoso hábito de proliferação.

Lidar com a Rússia sobre questões essenciais será muito mais fácil se estivermos lidando com uma Rússia livre e democrática. Nosso objetivo é o de promover não apenas a aparência da democracia na Rússia, mas as estruturas, o espírito e a realidade da democracia. Isto claramente não se faz concentrando nosso apoio e atenção em uma elite corrupta e favorecida. Mudanças reais na Rússia, como na China, não virão de cima, mas de baixo. De uma classe em ascensão de empresários e homens de negócios. De novos líderes nas regiões da Rússia que construirão um novo Estado russo, cujo poder é repartido e não controlado. Nossa assistência, investimentos e empréstimos deverão ir diretamente para o povo russo e não para enriquecer as contas bancárias de autoridades corruptas.

Os Estados Unidos deverão atingir uma nova geração de russos através de intercâmbios educacionais e programas que apoiem o Estado de direito e uma sociedade civil... Não podemos comprar a reforma para a Rússia, mas podemos ser o aliado da Rússia na auto-reforma.

O TRATADO ABRANGENTE DE BANIMENTO DE TESTES NUCLEARES

No árduo trabalho de interromper a proliferação, o Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares não é a resposta. Afirmar que nossa nação deve prosseguir em sua moratória dos testes nucleares. Ainda muito mais importante é a restrição do fornecimento de materiais nucleares e meios para seu fornecimento, fazendo disso uma prioridade com a Rússia e com a China. Nossa nação deve eliminar a demanda por armas nucleares, atendendo às preocupações de segurança daqueles que renunciem a essas armas. E a nossa nação deve reduzir a maléfica atração dessas armas pelos Estados nocivos, tornando-as inúteis com a defesa contra mísseis. O Tratado Abrangente de Banimento de Testes Nucleares não faz nada para atingir esses objetivos. Ele não suspende a proliferação, especialmente para regimes renegados. Ele não é

fiscalizável. Ele não é obrigatório. E nos proibiria de assegurar a segurança e confiabilidade dos meios de intimidação da nossa nação, em caso de necessidade. Sobre esses assuntos cruciais, ele oferece somente palavras, falsas esperanças e altas intenções, sem nenhuma garantia. Podemos lutar contra a disseminação de armas nucleares, mas não podemos fazê-los se afastarem com tratados insensatos.

ÍNDIA

Muitas vezes menosprezada em nossos cálculos estratégicos, encontra-se aquele grande pedaço de terra que fica ao sul da Eurásia. O próximo século presenciará a chegada da Índia democrática como força no mundo. Uma vasta população, em breve a nação mais populosa do mundo. Uma economia em mutação, em que três dos seus cinco cidadãos mais ricos são empresários da área de software.

A Índia está agora debatendo o seu futuro e seu caminho estratégico e os Estados Unidos devem prestar mais atenção. Devemos estabelecer mais comércio e investimentos com a Índia à medida que ela se abre para o mundo. E devemos trabalhar com o governo indiano, assegurando que seja uma força de estabilidade e segurança na Ásia. Isto não deverá debilitar nosso relacionamento de longa data com o Paquistão, que permanece fundamental para a paz da região.

ALIANÇAS

Todos os nossos objetivos na Eurásia dependerão do fortalecimento das alianças dos Estados Unidos que sustentarão nossa influência na Europa, no leste asiático e no Oriente Médio. As alianças não são apenas para crises, sendo chamadas à ação ao tocar do sino de incêndio. Elas são mantidas por contato e confiança. A coalizão da Guerra do Golfo, por exemplo, foi formada com base na visão, esforço e integridade de um presidente. Nunca mais um presidente norte-americano deverá passar nove dias na China e nem mesmo se preocupar com uma parada em Tóquio, Seul ou Manila. Nunca mais um presidente norte-americano deverá ficar em silêncio enquanto a China critica nossos laços de segurança com o Japão.

Para que a OTAN seja forte, coesa e ativa, o presidente deve dar-lhe rumos consistentes: sobre o propósito da aliança; sobre a necessidade da Europa investir mais em capacidades de defesa; e, quando necessário, em conflitos militares. Para serem confiáveis quando necessários, nossos aliados devem ser respeitados quando não forem precisos.

Temos parceiros, não satélites. Nosso objetivo é um companheirismo de nações fortes, não fracas. E isto exige mais consultas aos Estados Unidos e mais liderança norte-americana. Os Estados Unidos necessitam de seus aliados europeus, bem como dos amigos em outras regiões, para auxiliar-nos com os desafios de segurança à medida que surjam. Para os nossos aliados, o compartilhamento das enormes oportunidades da Eurásia também significa os ônus e riscos da manutenção da paz. O apoio dos amigos permite aos Estados Unidos reservar seu poder e vontade para os interesses vitais que compartilhamos.

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Da mesma forma, as organizações internacionais podem servir à causa da paz. Nunca colocarei as tropas norte-americanas sob o comando das Nações Unidas, mas as Nações Unidas poderão auxiliar na inspeção de armas, manutenção da paz e esforços humanitários. Se eu for presidente, os Estados Unidos pagarão suas obrigações; mas somente se a burocracia das Nações Unidas for reformada e nossa parcela desproporcionada dos seus custos for reduzida.

Deve também haver reforma das instituições financeiras internacionais (o Banco Mundial e o FMI). Elas podem ser uma fonte de estabilidade em tempos de crise econômica. Mas elas não deverão impor austeridade, socorrendo os banqueiros e empobrecendo a classe média. Elas não deverão fortalecer sistemas financeiros corruptos e fracassados. Estas organizações deverão encorajar os fundamentos de crescimento econômico e livre mercado. Difundir o Estado de direito e práticas orçamentárias saudáveis. Acima de tudo, estas instituições necessitam ser mais transparentes e responsáveis. ©

O CANDIDATO PRESIDENCIAL DEMOCRATA AL GORE

UMA NOVA AGENDA DE SEGURANÇA PARA A IDADE GLOBAL

"Embora velhas ameaças persistam, existem novidades à vista: novas forças emergentes que cedo ou tarde desafiarão nossa ordem internacional, levantando questões de paz e de guerra", afirma o vice-presidente Al Gore. No que talvez seja o mais conhecido discurso de política externa da sua campanha, Gore afirmou ao Instituto Internacional de Imprensa em Boston, Massachusetts, em 30 de abril de 2000, que "uma leitura realista do mundo atual exige instituições regionais e internacionais revigoradas... e liderança norte-americana para proteger nossos interesses e preservar nossos valores". Encontram-se a seguir trechos do discurso (o texto completo está disponível no "web site" de Gore/Lieberman no endereço: http://www.algore.com/speeches/sp_fp_boston_04302000.html).

A LIDERANÇA NORTE-AMERICANA

Por toda a minha carreira, acreditei que os Estados Unidos têm a responsabilidade de liderança no mundo. É por isso que fui um dos poucos democratas no Senado dos Estados Unidos a votarem a favor do uso da força para retirar Saddam Hussein do Kuwait. E, ao mesmo tempo em que trabalhava muito para ajudar a desenvolver nossas abordagens para o controle de armas, muitas vezes discordei da visão predominante no meu próprio partido à medida que buscava uma forte defesa nacional e uma nova geração de mísseis menos desestabilizadores.

Estamos agora em uma nova era. Denominar esta época "a era pós-Guerra Fria" desfigura a sua singularidade e o seu significado. Estamos agora em uma Idade Global. Goste-se ou não, vivemos em uma era em que nossos destinos e os destinos de bilhões de pessoas em todo o mundo estão cada vez mais interligados. Não devemos lamentar nem simplesmente idealizar esta nova realidade. Devemos lidar com ela.

Necessitamos agora observar o que poderá ser chamada a agenda da segurança clássica (a questão de guerra e paz entre Estados soberanos) à luz dessas novas realidades. Mas necessitamos também reconhecer que existe uma Nova Agenda de Segurança, que discuti no Conselho de Segurança das Nações Unidas em janeiro; um conjunto de ameaças que nos afeta a todos e que transcende as fronteiras políticas; um conjunto de desafios de magnitude igual aos desafios do passado.

Atualmente, no raiar do século XXI, necessitamos de uma política externa que aborde as ameaças de segurança clássicas e também compreenda as novas. Necessitamos de uma nova abordagem para um novo século, baseada em nossos próprios interesses econômicos e de segurança, mas elevada pelo que é certo no mundo. Necessitamos buscar uma política de "engajamento para o futuro", abordando problemas no início do seu desenvolvimento antes que se tornem crises; abordando-os da forma mais próxima da fonte possível; e tendo as forças e recursos para lidar com essas ameaças o mais breve possível após a sua emergência.

Necessitamos de uma nova agenda de segurança para a Idade Global, baseada no engajamento para o futuro.

DEFESA

Os Estados Unidos necessitam ter uma defesa forte. Não devemos esquecer que a nossa defesa nacional é muito mais que a terra dentro dos limites das nossas fronteiras. Enquanto lutávamos contra o totalitarismo durante a Segunda Guerra Mundial e vencíamos (da mesma forma que lutamos contra o comunismo e vencemos durante a Guerra Fria), estamos defendendo a própria idéia da liberdade. Todas as nossas políticas, na guerra e em paz, são extensões de outras formas da proposição de Lincoln de que o sonho dos nossos fundadores é a última e maior esperança da humanidade.

É por isso que os Estados Unidos necessitam ter a maior capacidade militar do mundo. É fundamental para as necessidades contínuas da agenda clássica; para resistir à agressão e paralisar conflitos armados. É crucial para a nossa segurança nesta era de Estados nocivos e terrorismo internacional. E é absolutamente essencial se esperamos promover a paz através da diplomacia. Em nossas relações com Saddam Hussein e Slobodan Milosevic, aprendemos a importância da diplomacia respaldada pela força. Aguardo ansioso pelo dia em que a Sérvia e o Iraque estarão livres do domínio de Milosevic e Saddam e do terror que eles forjaram sobre os seus próprios povos.

Prevalecemos nesses conflitos com o mínimo de perdas norte-americanas porque mantivemos uma força combatente soberbamente bem treinada e porque o povo norte-americano apoiou investimentos em armas que nos concederam uma vantagem tecnológica.

Atualmente, necessitamos assegurar que nosso pessoal militar receba soldos e benefícios adequados e continue a receber o treinamento e a liderança que o tornam o melhor do mundo. E nos encontramos no limiar da fabricação e desenvolvimento da próxima geração de armas militares: armas que são de necessidade vital para substituir equipamento que esteve em serviço por tempo demais; armas que são fundamentais para o atendimento das necessidades em mutação dos campos de batalha atuais.

Se eu for empossado presidente, liderarei os esforços para assegurar que os Estados Unidos tenham a nova geração de armas de que necessitamos.

RÚSSIA E CHINA

Durante a Guerra Fria, trabalhamos para conter essas duas potências (Rússia e China) e limitar o seu alcance. Nossa tarefa no século XXI não é enfraquecê-las, mas sim encorajar forças de reforma.

É por isso que trabalhamos muito nesses últimos sete anos para ajudar a Rússia a fazer a transição para uma democracia baseada em mercado. Ajudamos a Rússia a privatizar a sua economia e estabelecer uma sociedade civil marcada por eleições livres e uma imprensa ativa. Trouxemos a Rússia para um relacionamento de trabalho com a OTAN através do Conselho Conjunto

Permanente e do programa Parceria para a Paz. Temos sido capazes de trabalhar com sucesso com forças russas dentro de uma estrutura da OTAN nos Balcãs.

Ajudamos a proteger o material nuclear russo contra o perigo de roubo. Possibilitamos que milhares de cientistas nucleares e especialistas em armas da Rússia encontrassem ocupações pacíficas. E auxiliamos a Rússia a reduzir seu arsenal nuclear em cerca de cinco mil ogivas.

Este trabalho não se deu sem dificuldade ou controvérsia. Discordamos fortemente das ações da Rússia na Chechênia. A Rússia necessita intensificar seu próprio trabalho para suspender o fluxo de tecnologias perigosas que grupos irresponsáveis e Estados nocivos podem utilizar para criar armas de destruição em massa. A Rússia necessita ainda tomar medidas decisivas para combater a corrupção e atingir a reforma. Mas uma nova Guerra Fria não é o caminho correto a ser seguido. A coisa certa a fazer-se é engajar a Rússia. É por isso que assumi a tarefa de liderar nossos esforços de trabalho com a Rússia; não porque era politicamente popular, mas porque era certo para a segurança dos Estados Unidos e certo para a difusão da democracia em todo o mundo.

Por estas mesmas razões, necessitamos também seguir uma política com relação à China que se concentre em resultados, não em retórica.

Não se engane: temos fortes divergências com a China sobre direitos humanos e liberdade religiosa, bem como sobre o tratamento chinês do Tibete. Estas questões não podem, e não devem, ser ignoradas ou marginalizadas. Elas necessitam ser constantemente buscadas. Os direitos humanos e a dignidade humana representam as ligações mais profundas que compartilhamos, ao longo de todas as fronteiras e nacionalidades. Os Estados Unidos necessitam estimular a China a progredir em todas essas áreas; e, como presidente, é exatamente o que farei.

Também temos preocupações sobre as tensões crescentes entre a China e Taiwan. Necessitamos manter nosso compromisso com a política de Uma Única China, mas estimular a China e Taiwan a intensificar seu diálogo e resolver seus problemas através de meios pacíficos. O governo está honrando sua

obrigação de disponibilizar armas defensivas para Taiwan. Mas estou profundamente preocupado com o fato dos congressistas que estão apoiando o Ato da Intensificação da Segurança de Taiwan serem cegos para as suas conseqüências: aguda deterioração da segurança da região.

É errado isolar e demonizar a China, para construir uma parede quando necessitamos construir uma ponte.

Como todos sabem, temos amigos e defensores que discordam de mim sobre a melhor forma de trazer mudança e reforma para a China. Compreendo seus pontos de vista. Eles são justificadamente impacientes com a velocidade das mudanças na China. Também sou. Mas a questão não é se devemos lidar com a China. A questão é se temos condições de não fazê-lo.

Podemos realmente abandonar a espécie de intercâmbio franco e aberto que nos permite elevar nossas diferenças ao primeiro plano? Podemos realmente isolar uma nação com 1,2 bilhão de pessoas e um arsenal nuclear? Podemos realmente virar nossas costas a uma das economias mais dinâmicas do planeta?

Apóio amplamente as Relações Comerciais Normais Permanentes com a China... Apóio a condição de membro da China na Organização Mundial do Comércio, para fazer a China ater-se às mesmas normas de comércio internacional que seguimos hoje.

Temos que engajar a China, mesmo quando a desafiamos em áreas importantes de diferenças. É em claro interesse da segurança nacional dos Estados Unidos que o fazemos. É em vital interesse econômico dos Estados Unidos que o fazemos. E, a longo prazo, acredito que seja a única forma de trazer liberdade e reforma para o povo chinês.

NOVA AGENDA DE SEGURANÇA

Embora as velhas ameaças persistam, existem novas perspectivas à vista: novas forças emergentes que cedo ou tarde desafiarão nossa ordem internacional, levantando questões de paz e de guerra: a Nova Agenda de Segurança.

Devido ao poder sem precedentes históricos das tecnologias agora amplamente disponíveis em todo o

mundo, erros que um dia foram toleráveis podem agora ter conseqüências incalculáveis. Ameaças que um dia foram locais podem ter impacto regional e global. Danos que um dia podem haver sido temporários e limitados podem agora ser permanentes e catastróficos.

Um Estado nocivo ou grupo terrorista com armas biológicas, químicas ou nucleares (ou o conhecimento técnico para danificar nossas redes de computadores) pode trazer destruição proporcionalmente muito maior que o seu tamanho.

O comércio internacional de drogas e a corrupção espalha-se através das fronteiras, subvertendo a democracia e o Estado de direito país após país.

Novas pandemias e novas mutações de doenças podem devastar sociedades inteiras, com seus impactos ameaçando desestabilizar regiões inteiras.

O rompimento dos sistemas ecológicos mundiais, desde a ascensão do aquecimento global e os conseqüentes danos ao nosso equilíbrio climático, até a perda de espécies viventes e a exaustão da pesca oceânica e dos habitats florestais, prossegue a uma velocidade assustadora. Praticamente todos os dias, torna-se mais claro para nós que devemos agir agora para proteger a nossa Terra, preservando e criando empregos para os nossos povos.

E, ao mesmo tempo que essas ameaças estejam se desenvolvendo, o próprio Estado-nação tradicional está se modificando, à medida que o poder se move para cima e para baixo, desde coalizões e organizações supranacionais até clãs feudais. Suscetíveis a tiranos que desejam explorar rivalidades étnicas e religiosas, os mais fracos desses Estados implodiram em guerras civis ou ameaçaram de violência além de suas fronteiras.

O atendimento a esses desafios exige cooperação em escala nunca vista. Uma leitura realista do mundo atual exige instituições regionais e internacionais revigoradas. Ela exige que confrontemos as ameaças antes que saiam de controle. E exige a liderança norte-americana, para proteger nossos interesses e preservar nossos valores.

A PROMOÇÃO DA PROSPERIDADE EM TODO O MUNDO

Mas a Era Global não é apenas uma época de ameaças de segurança, é um momento de oportunidades sem precedentes.

Da Ásia até as Américas, da África ao sul do Saara ao nosso próprio país, existem muitos que não se beneficiaram da explosão da prosperidade mundial. Mais de um bilhão dos habitantes da Terra vive com menos de um dólar por dia. E essa profunda e persistente pobreza possui dimensão de segurança e moral, pois ela convida ao deslocamento social, à violência e à guerra.

Acredito que agora temos a profunda responsabilidade de abrir os portões da oportunidade para pessoas de todo o mundo, para que possam tornar-se beneficiários do tipo de sociedade que gostaríamos de construir no nosso país e, por extensão, no mundo. Quero ser claro: a promoção da prosperidade em todo o mundo é uma forma crucial de engajamento para o futuro. Sabemos como lançar este renascimento, pois o que funcionou para acender o fogo do crescimento econômico nos Estados Unidos é, na sua essência, a forma com que podemos acender o fogo do crescimento no exterior. A diferença é o grau e não o tipo.

O início de tudo é o Estado de direito, disciplina fiscal e política econômica adequada, mas não termina por aqui. Devemos também investir nas pessoas, dando a elas a educação de que necessitam para semear os empregos do futuro, e no mundo em desenvolvimento, o que se aplica especialmente às mulheres e meninas; a proteção à saúde de que necessitam para criar uma família; a confiança de que, quando a idade chegar, elas não serão abandonadas.

Necessitamos não apenas de sistemas comerciais abertos, mas de sistemas que atendam às pessoas de todo o mundo, levando em conta não apenas o resultado financeiro, mas o bem estar de homens e

mulheres que trabalham, a proteção das crianças contra o trabalho insalubre e a proteção do meio ambiente. Necessitamos ratificar o Acordo de Kyoto, assegurando que todas as nações, desenvolvidas e em desenvolvimento, façam a sua parte para reduzir as emissões de gás estufa. Além disso, devemos tomar medidas para ampliar a exportação de tecnologias ambientalmente limpas, área em que temos decisiva vantagem comercial. Não é apenas bom para o meio ambiente. Também é bom para o crescimento econômico.

Necessitamos promover o fluxo estável de investimentos em todo o mundo, que, por sua vez, exige instituições financeiras saudáveis que possam funcionar para evitar a instabilidade financeira e que sejam capazes de lidar com isso caso ocorra.

Necessitamos dar auxílio aos países mais pobres, aprovando legislação como o Ato de Crescimento e Oportunidade na África e a Iniciativa da Bacia do Caribe. Necessitamos de maior engajamento econômico e expansão do comércio com todas as Américas. E necessitamos assistir as nações mais pobres através do perdão da dívida. Convoquei este processo no ano passado, em Davos. Nós o iniciamos. Necessitamos ir em busca dele e intensificá-lo.

Certamente não podemos fazê-lo sozinho; necessitamos inspirar a cooperação dos demais. O renascimento das economias da África, por exemplo, é uma tarefa bem adequada às capacidades da União Européia e dos Estados Unidos trabalhando em conjunto. Mas, se não apontarmos o caminho, se não estivermos prontos para investir tanto na paz como na guerra, os demais não nos seguirão.

Acredito que não devemos desperdiçar este momento. Uma política externa responsável deve olhar para o futuro a partir de uma posição de engajamento para o futuro, para as nossas mais amplas esperanças para o mundo; e não apenas para dentro, para nossos temores mais estreitos. ©

CANDIDATOS DE TERCEIROS PARTIDOS À PRESIDÊNCIA RALPH NADER E PATRICK J. BUCHANAN

O processo eleitoral para presidente nos Estados Unidos geralmente é percebido como uma questão entre dois partidos, os democratas e os republicanos, já há 140 anos. Mas, apesar da aparente inevitabilidade de um ou outro vencerem as eleições, muitos outros partidos apresentam candidatos ao cargo, embora a maioria não se qualifique para as urnas em mais do que cinco Estados.

Os chamados candidatos de "terceiros partidos" podem, entretanto, retirar votos de partes do eleitorado desencantadas com os dois candidatos "principais" e, ocasionalmente, podem gerar resposta suficiente do público para induzir mudanças nos programas do partido que alcancem a Casa Branca.

Este ano, pelo menos 16 partidos estão apresentando candidatos em um ou mais Estados. Dezenas de outros homens e mulheres empreenderam campanhas independentes ou cujos nomes não são impressos nas cédulas. Mas os únicos dois sustentáculos padrão de "terceiros partidos" vistos como tendo impacto ainda que marginalmente significativo são Ralph Nader de Connecticut, candidato do Partido Verde e do Partido da Reforma Norte-Americana, e Patrick Buchanan de Virgínia, candidato do Partido da Reforma e do Partido do Direito à Vida. Espera-se que mesmo o seu impacto seja mínimo: recentes pesquisas nacionais mostram Nader obtendo cerca de 3% dos votos e Buchanan contando 1% ou menos.

Ambos, entretanto, estão conduzindo sérias campanhas nacionais e ocuparam posições sobre ampla variedade de questões. A seguir encontram-se suas posições declaradas sobre questões no campo da política externa.

CANDIDATO PRESIDENCIAL DO PARTIDO VERDE RALPH NADER

Diplomacia Preventiva: Evitando Conflitos Potenciais

As seguintes declarações de Ralph Nader sobre política externa são apresentadas no "web site" "Ralph Nader para presidente", no endereço:

www.votenader.org/issues/foreignpolicy.html

O tema principal em uma posição presidencial sobre política externa é até que ponto você não deseja fazer avançar a justiça? Até que ponto você não deseja promover a saúde, segurança e satisfação pessoal das pessoas deste planeta dentro do possível?

— Programa "CNN Talk Back Live"

Nós nos ocupamos basicamente com muita diplomacia preventiva, muita defesa preventiva. A diplomacia preventiva teria lidado com situações como a Indonésia, em vez da diplomacia de Kissinger que gerou Timor Leste e muito mais trabalho ali. O mesmo se deu com o Vietnã. Parece que sempre nos alinhamos com os ditadores e as oligarquias e nunca com os camponeses e os trabalhadores.

O que é realmente surpreendente é que qualquer discussão de política externa engloba normalmente áreas de tensão, em vez de perguntar como chegamos a esta situação em primeiro lugar? O que poderíamos ter feito para evitá-la? Por exemplo, por quantos anos fortalecemos a ditadura do antigo Congo Belga? Examinemos agora como ele está desmoronando, não? Bem, nós não tínhamos diplomacia preventiva, nem defesa preventiva. É sempre, quem está no poder, vá lá e os apóie, desde que seja anti-comunista.

Por que temos um sistema de defesa contra mísseis que os físicos nos informaram que não irá funcionar, mesmo se quiséssemos colocá-lo em prática, supondo que fosse necessário? Isto é defesa preventiva? Isto é diplomacia preventiva? Não necessitamos ficar na defensiva e expandir a exportação de processos

democráticos, de tecnologia apropriada como energia solar, encorajando o mundo a mover-se para a utilização de recursos naturais que redefinem a produtividade e a eficiência? Existe então o aspecto não-material disso tudo. Até que ponto podemos, por exemplo, resgatar as linguagens dos povos indígenas, tentar resgatar muito da cultura que está se perdendo à medida que o comércio e o corporativismo ocidental definem sua cultura.

— *American Prospect Interview*

O CANDIDATO PRESIDENCIAL DO PARTIDO DA REFORMA PATRICK J. BUCHANAN

Somos uma República ou um Império?

As observações de Patrick J. Buchanan sobre política externa a seguir são trechos de uma manifestação intitulada "Rumo a uma Política Externa mais Moral", que está disponível no "Web site" "Buchanan Reforma", no endereço:

www.buchananreform.com/library/default.asp?id=9

À medida que encerramos este século norte-americano e esta década de predominância nacional, permanecemos um povo dividido sobre o nosso papel no mundo. É uma época para o que os católicos denominam um "retiro", não uma retirada para o isolacionismo, mas um dia de introspecção. Por que os Estados Unidos, seu poderio econômico e militar sem igual, sua cultura popular dominante no mundo, sofre tanto rancor de tantas pessoas? É inveja? É porque somos uma nação iluminada e eles são incivilizados? Ou nós também sucumbimos à arrogância da hegemonia? Relembremos: em 1763, a Inglaterra de Pitt venceu seu grande rival, a França, colheu sua vasta herança norte-americana e emergiu como a única superpotência do mundo. Londres festejou sua

proeminência. Como escreveu Walpole, seus contemporâneos "nasceram com a insolência romana" e "atuaram com mais arrogância que um monarca asiático".

Ainda assim, em menos de uma geração, a Inglaterra perdeu a lealdade dos seus cidadãos norte-americanos que, auxiliados por um francês vencido e vingativo, expulsou-a das treze colônias que eram as jóias da coroa do império. E todo o mundo alegrou-se com a humilhação britânica como, suspeita-se, grande parte do mundo de hoje poderá alegrar-se com a nossa.

Considero-me um patriota. Mas se todos esses anúncios de Beltway como sendo "a nação indispensável no mundo" e "a única superpotência" irritam os meus ouvidos, como poderá irritar os europeus, russos e os povos sujeitos a sanções dos Estados Unidos por terem falhado, segundo nosso critério, em viver de acordo com os nossos padrões?

A grande questão de política externa da nossa geração é a que nos atormenta desde o nosso nascimento como nação. Seremos uma cidade sobre uma montanha, uma luz sobre as nações, a "lâmpada acesa na costa ocidental" de Henry Clay? Ou recebemos uma missão divina de "ir ao estrangeiro em busca de monstros para destruir" e impor nossos valores e sistema sobre um mundo incivilizado? Somos uma república ou um império?

Novamente, é tempo de escolher....

Às vésperas de um novo século, vamos parar de importunar e disciplinar o mundo e tentar liderá-lo; vamos moldar nossa política externa em princípios mais próximos de uma nação devota e uma grande república.

©

A Política Externa e as Eleições Presidenciais de 2000

ARTIGO DE ALERTA

Chace, James THE NEXT NEW THREAT (A nova e próxima ameaça) *World Policy Journal*, vol. 17, nº. 1, primavera de 2000, págs. 113-115

O autor examina diversas questões de política externa que os candidatos presidenciais dos Estados Unidos podem ser chamados a abordar, incluindo, principalmente, o conflito potencial entre China e Taiwan, o futuro incerto da Rússia e, a curto prazo, as crises ameaçadoras na América Latina e no Caribe. Reconhecendo que as questões de política externa "não são apenas de importância secundária" nas eleições, mas possuem "razoável consenso", ele afirma que a campanha será centralizada na tática, em vez das estratégias, para lidar com essas questões.

Cutter, Bowman W., Spero, Joan and Tyson, Laura D'Andrea. CAMPAIGN 2000: NEW WORLD, NEW DEAL - A DEMOCRATIC APPROACH TO GLOBALIZATION (A Campanha de 2000: Novo Mundo, Novo Plano - Abordagem Democrática para a Globalização) *Foreign Affairs*, vol. 79, nº. 2, março/abril de 2000, págs. 80-98

Os autores examinam as medidas que, acreditam, um novo presidente democrata deve tomar para "levar o mundo à criação de políticas e instituições que sustentem um processo mais equitativo de globalização". O presidente, afirmam eles, deverá concentrar-se em três objetivos amplos: "alimentar parcerias estratégicas com participantes novos, velhos e em mutação; fortalecer os regimes multilaterais existentes; e criar novos regimes para questões transnacionais, incluindo o meio ambiente, direitos trabalhistas e o controle apropriado da economia da informação global".

Kitfield, James. FOREIGN POLICY (Política Externa) *National Journal*, vol. 32, nº. 14, 1º de abril de 2000, págs. 1034-1035

O autor descreve tanto George W. Bush como Al Gore como internacionalistas comprometidos com o livre comércio e afirma que as diferenças políticas entre eles são superficiais. Ele aponta, entretanto, que o vice-presidente daria continuidade à política externa de Clinton de engajamento e compromisso freqüente com as principais potências, como a Rússia e a China, e a crença na utilidade dos acordos multilaterais de controle de armas. Por outro lado, ele afirma que Bush teria uma linha política e retórica mais dura com relação à Rússia e à China e não abraçaria a maior parte dos regimes de controle multilateral de armas.

PRESIDENTIAL ELECTION FORUM: THE CANDIDATES ON ARMS CONTROL (Fórum da Eleição Presidencial: Os Candidatos sobre Controle de Armas) *Arms Control Today*, vol. 30, nº. 7, setembro de 2000, págs. 3-7)

Os candidatos presidenciais George W. Bush e Al Gore respondem a questões feitas pela Associação de Controle de Armas. Bush afirma que ele irá desenvolver "o mais breve possível" um sistema de Defesa Nacional contra Mísseis (NMD) que defenderá tanto os Estados Unidos como seus aliados. Ele irá propor emendas ao Tratado Anti-Mísseis Balísticos de 1972, mas se retirará do Tratado se a Rússia recusar-se a assiná-lo. Gore afirma que ele não permitirá que a Rússia fique no caminho do NMD caso ele conclua "que as tecnologias são suficientemente maduras para serem desenvolvidas". Este artigo pode ser lido na Web, no endereço:
<http://www.armscontrol.org/ACT/sept00/pressept00.html>

*As anotações acima são parte de um Alerta de Artigos mais abrangente oferecido na Home Page Internacional do Escritório de Programas de Informação Internacional do Departamento de Estado dos Estados Unidos:
"http://usinfo.state.gov/admin/001/wwwhapub.html".*

Stokes, Bruce. BUSH AND GORE'S POSITIONS ON TRADE (As Posições de Bush e Gore sobre o Comércio) *National Journal*, vol. 32, n.º. 14, 1º de abril de 2000, pág. 1050)

Os candidatos presidenciais Al Gore e George W. Bush possuem visões similares sobre muitas questões relacionadas com o comércio, afirma Stokes. Entretanto, o governo Clinton aliou-se com o trabalho organizado e as organizações ambientais, através do seu compromisso de ampliar os direitos trabalhistas e aumentar os padrões ambientais. Isto contrasta com a alegação estratégica entre os republicanos congressistas e da comunidade comercial. Esse xeque perpétuo até agora evitou os esforços para conceder ao presidente nova autoridade na negociação do comércio, afirma Stokes, e a luta para garantir essa autoridade será o primeiro desafio a ser enfrentado pelo próximo presidente.

Zoellick, Robert. CAMPAIGN 2000: A REPUBLICAN FOREIGN POLICY (A Campanha 2000: A Política Externa Republicana) *Foreign Affairs*, vol. 79, n.º. 1, janeiro/fevereiro de 2000, págs. 63-78)

Zoellick afirma que a política externa de um novo governo republicano será distinta por cinco princípios: ela será "baseada no respeito ao poder"; enfatizará "o estabelecimento e a manutenção de alianças e coalizões"; considerará acordos e instituições internacionais "como meios para atingir fins e não como formas de terapia política"; "abraçará as mudanças revolucionárias" que estão ocorrendo na informação e nas comunicações, tecnologia, comércio e finanças e demonstrará reconhecimento vigilante de que "ainda existe mal no mundo: as pessoas que odeiam os Estados Unidos e as idéias que eles representam." ©

A Política Externa e as Eleições Presidenciais de 2000

BIBLIOGRAFIA

Alter, Jonathan. THE OVERSEAS BOOBY TRAP (A Armadilha Estrangeira) *Newsweek*, vol. 135, n.º. 16, 17 de abril de 2000, pág. 38

Butler, Stuart M.; Holmes, Kim R. ISSUES 2000: THE CANDIDATE'S BRIEFING BOOK (Questões 2000: O Livro de Resumo do Candidato). Washington: The Heritage Foundation, 2000. 860 págs.

Carney, Eliza Newlin. BUSH AND GORE: WHERE THEY STAND (Bush e Gore: Qual é a Sua Posição) *National Journal*, vol. 32, n.º. 31, 29 de julho de 2000, págs. 2484-2494

Chapman, Steve. BUSH'S FOREIGN POLICY WOULD BE AN EDUCATION (A Política Externa de Bush Seria uma Educação) *Chicago Tribune*, 13 de julho de 2000, pág. 15

Chen, Edwin. GORE TOUTS FOREIGN POLICY EXPERIENCE (Gore Angaria Experiência de Política Externa) *Los Angeles Times*, 1º de maio de 2000, pág. 12

Corn, David. DESPERATELY SEEKING ISSUES (Buscando Questões Desesperadamente) *Nation*, vol. 270, n.º. 22, 5 de junho de 2000, págs. 6-7

Crock, Stan; Dunham, Richard S.; Walczak, Lee. IN FOREIGN AFFAIRS, GEORGE W. LOOKS TO RONALD R. (Em Assuntos Externos, George W. Parece-se com Ronald R.) *Business Week*, n.º. 3657, 29 de novembro de 1999, pág. 53

Dubose, Louis; Coiro, Carmen. DON'T CRY FOR BUSH, ARGENTINA: GEORGE W. MAY NOT RECALL THE NAMES OF WORLD LEADERS, BUT WHEN IT COMES TO FOREIGN AFFAIRS, HE KNOWS THE VALUE OF HIS OWN FAMILY'S NAME (Não Chores por Bush, Argentina: George W. Pode Não Lembrar os Nomes dos Líderes Mundiais mas, ao Falar de Assuntos Externos, ele Sabe o Valor do seu Próprio Sobrenome) *Mother Jones*, vol. 25, n.º. 2, março de 2000, págs. 54-56

THE FUTURE OF FOREIGN POLICY: INTERVIEWS WITH COIT BLACKER AND CONDOLEEZZA RICE (O Futuro da Política Externa: Entrevistas com Coit Blacker e Condoleezza Rice) *Stanford Journal of International Relations*, vol. 1, n.º. 2, primavera de 1999, págs. 82-108

Geyer, Georgie Anne. GORE'S FOREIGN POLICY: LONG TERM, BUT UNSETTLED (A Política Externa de Gore: de Longo Prazo, mas Irregular) *Chicago Tribune*, 14 de julho de 2000, pág. 19

Hickey, Jennifer G. GORE DISCOVERS SKY IS FALLING (Gore Descobre que o Céu está Caindo) *Insight on the News*, vol. 16, n.º. 20, 29 de maio de 2000, págs. 8-9

Kuttner, Robert. BEYOND THE FRINGE (Além da Borda) *The American Prospect*, vol. 11, n.º. 14, 5 de junho de 2000, pág. 4

Newman, Richard J. WHY MISSILE POLITICS IS TAKING A RIGHT TURN (Por que a Política de Mísseis está se Voltando para a Direita) *U.S. News & World Report*, vol. 127, n.º. 15, 18 de outubro de 1999, pág. 30

O'Hanlon, Michael E. THE U.S. DEFENSE BUDGET: CHOICES FOR THE NEXT PRESIDENT (O Orçamento da Defesa dos Estados Unidos: Escolhas para o Próximo Presidente) *Brookings Review*, vol. 18, n.º. 2, primavera de 2000, págs. 41-43

Quandt, William. THE ELECTORAL CYCLE AND THE CONDUCT OF AMERICAN FOREIGN POLICY (O Ciclo Eleitoral e a Conduta da Política Externa Norte-Americana), págs. 87-97 em Wittkopf, Eugene; McCormick, James M. THE DOMESTIC SOURCES OF AMERICAN FOREIGN POLICY: INSIGHTS AND EVIDENCE (As Origens Domésticas da Política Externa Norte-Americana: Critérios e Evidências), 3ª edição. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 1999. p.ºag. 384

Rice, Condoleezza. CAMPAIGN 2000: PROMOTING THE NATIONAL INTEREST (Campanha 2000: A Promoção do Interesse Nacional) *Foreign Affairs*, vol. 79, nº. 1, janeiro/fevereiro de 2000, págs. 45-62

Thiessen, Marc A. THE CANDIDATES' FOREIGN POLICIES: IT'S BUSH'S AMERICAN EXCEPTIONALISM VERSUS GORE'S LIBERAL MULTILATERALISM (As Políticas Externas dos Candidatos: É o Excepcionalismo Norte-Americano de Bush contra o Multilateralismo Liberal de Gore) *The Weekly Standard*, vol. 5, nº. 37, 12 de junho de 2000, pág. 16

Waller, J. Michael. DIFFERENCES IN CHINA POLICY (As Diferenças na Política Chinesa) *Insight on the News*, vol. 16, nº. 20, 29 de maio de 2000, págs. 13-15

Zinn, Howard. DELUSION 2000: HOW THE CANDIDATES VIEW THE WORLD (Decepção 2000: Como os Candidatos Vêem o Mundo) *Progressive*, vol. 64, nº. 3, março de 2000, págs. 22-23 ●

A Política Externa e as Eleições Presidenciais de 2000 PRINCIPAIS "SITES" NA INTERNET

Informamos que o Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo teor e disponibilidade dos recursos relacionados abaixo; tal responsabilidade reside somente com os provedores.

AllPolitics: Election 2000: Where They Stand: Foreign Policy (TudoPolítica: Eleições 2000: Qual a Sua Posição: Política Externa)

<http://www.cnn.com/ELECTION/2000/resources/where.they.stand/index.html#foreign>

American Enterprise Institute: How Would They Govern?: Foreign Policy (Instituto Empresarial Norte-Americano: Como eles Governariam?: Política Externa)

<http://www.aei.org/governing/>

Brookings Priorities 2000: An Issues Agenda for the Presidential Election: American Primacy (Prioridades Brookings 2000: Agenda de Questões para as Eleições Presidenciais: A Primazia Norte-Americana)

<http://www.brookings.edu/comm/p2k/primacy.htm>

Bush on Foreign Affairs (Bush sobre Assuntos Externos)

http://www.pbs.org/newshour/shields&gigot/november99/sg_11-19_bush.html

Bush's Foreign Policy Adviser: Interview (O Conselheiro de Política Externa de Bush: Entrevista)

Parte I

<http://uspolitics.about.com/newsissues/uspolitics/library/weekly/aa062700a.htm>

Parte II

<http://uspolitics.about.com/newsissues/uspolitics/library/weekly/aa070500a.htm>

Candidates @ Voter.com: Bush on the Issue of Foreign Policy (Candidatos @ Voter.com: Bush sobre a Questão da Política Externa)

http://voter.excite.com/home/candidates/info/issues/0,1220,2-11338_744034-,00.html

Candidates @ Voter.com: Gore on the Issue of Foreign Policy (Candidatos @ Voter.com: Gore sobre a Questão da Política Externa)

http://voter.excite.com/home/candidates/info/issues/0,1220,2-9379_744034-,00.html

Council on Foreign Relations: Campaign 2000 (Conselho de Relações Exteriores: Campanha 2000)

<http://www.foreignpolicy2000.org/home/home.cfm>

Democratic National Committee: 2000 Democratic National Platform: Peace (Comitê Nacional Democrata: Plataforma Nacional Democrata 2000: Paz)

<http://www.democrats.org/hq/resources/platform/platform.html#peace>

Foreign Policy: Presidential Candidates' Views (Política Externa: as Opiniões dos Candidatos Presidenciais)

http://www.issues2000.org/Foreign_Policy.htm

Foreign Policy and the Presidential Election Campaign (A Política Externa e a Campanha Eleitoral para Presidente)

<http://worldnews.about.com/newsissues/worldnews/library/weekly/aa101199.htm>

George W. Bush: On the Issues: Foreign Policy (George W. Bush: Sobre as Questões: Política Externa)

<http://www.georgewbush.com/issues.asp?FormMode=FullText&ID=37>

Gore 2000: Foreign Policy and National Defense (Gore 2000: A Política Externa e a Defesa Nacional)

http://www.algore2000.com/agenda/issue_fp.html

Lycos News: Election 2000: Foreign Policy (Lycos News: Eleição 2000: Política Externa)

<http://www.lycos.com/news/flash/electionforpolicy.html>

Nader 2000 Issues: Foreign Policy (Questões Nader 2000: Política Externa)

<http://www.votenader.org/issues/foreignpolicy.html>

National Public Radio's Election 2000 Coverage: By Issue: Foreign Policy (Cobertura das Eleições 2000 da Rádio Pública Nacional: Por Questão: Política Externa)

<http://www.npr.org/news/national/election2000/coverage/issues/foreignpolicy.html>

Policy.com-Campaign 2000: Foreign Policy (Policy.com -
Campanha 2000: Política Externa)
<http://www.policy.com/reports/c2k/foreignpolicy.asp>

Republican National Committee: Issues: National
Security (Comitê Nacional Republicano: Questões:
Segurança Nacional)
http://www.rnc.org/newsroom/defense_nat_sec

Salon Politics 2000: Foreign Policy (Salon Política 2000:
Política Externa)
[http://www.salon.com/politics2000/directory/issues/foreign_](http://www.salon.com/politics2000/directory/issues/foreign_policy/index.html)
[policy/index.html](http://www.salon.com/politics2000/directory/issues/foreign_policy/index.html)

U.S. Department of State: Foreign Press Centers:
Campaign 2000 (Departamento de Estado dos Estados
Unidos: Centros de Imprensa Estrangeira: Campanha
2000)
<http://www.fpc.gov/camp2000.htm>

U.S. Department of State: International Information
Programs: Election 2000 (Departamento de Estado dos
Estados Unidos: Programas de Informação Internacional:
Eleições 2000)
<http://usinfo.state.gov/topical/rights/elect2000/>

A Vision for the 21st Century: Foreign Policy
Accomplishments (Visão para o Século XXI: Realizações
de Política Externa)
[http://www.whitehouse.gov/WH/Accomplishments/](http://www.whitehouse.gov/WH/Accomplishments/foreign.html)
[foreign.html](http://www.whitehouse.gov/WH/Accomplishments/foreign.html) ©

AGENDA DA POLÍTICA EXTERNA DOS EUA

VOLUME 5

PUBLICAÇÃO ELETRÔNICA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS

NÚMERO 2

A Política Externa e a Eleição Presidencial de 2000

Setembro de 2000